



Fundação Carlos Chagas

## **TEXTOS FCC**

17/98

TRABALHO DAS MULHERES NO BRASIL  
Continuidades e Mudanças no  
período 1985-1995

Maria Cristina Aranha Bruschini

***Departamento de Pesquisas Educacionais***

**FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS**

**DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS**

**17/98**  
**TRABALHO DAS MULHERES NO BRASIL**  
**Continuidades e Mudanças no**  
**período 1985-1995**

Maria Cristina Aranha Bruschini

**SÃO PAULO, 1998**

# **FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS**

## **DIRETORIA**

Rubens Murillo Marques  
Diretor-Presidente

Gerhard Malnic  
Diretor Vice-Presidente

Nelson Fontana Margarido  
Diretor Secretário Geral

Catharina Maria Wilma Brandi  
Diretora Secretária

Magid Iunes  
Diretor Tesoureiro Geral

Eugênio Aquarone  
Diretor Tesoureiro

## **DEPARTAMENTO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS**

Coordenação  
Bernardete Angelina Gatti

**TRABALHO DAS MULHERES NO BRASIL**  
**Continuidades e Mudanças no**  
**período 1985-1995**

Relatório elaborado para a  
*OIT/Organização Internacional do Trabalho\**

**1998**

\* Realizado com a colaboração da socióloga Maria Rosa Lombardi, mestranda em Educação da UNICAMP/ Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.

Ficha Catalográfica elaborada pela

Biblioteca Ana Maria Poppovic

---

B924t BRUSCHINI, Maria Cristina.  
Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995 / Maria Cristina  
Bruschini. São Paulo : FCC/DPE, 1998.  
78P. – (Textos FCC, 17)  
1. Mulheres 2. Trabalho 3. Brasil. I Título. II Série.

CDU: 396.5(81)

---

# ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>1. O BRASIL DE 1980 A 1995</b>	10
1.1. Mudanças demográficas	10
1.2. Mudanças políticas e econômicas	12
<b>2. FONTES DOS DADOS</b>	17
<b>3. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 1985 – 1995</b>	20
3.1. O aumento da atividade feminina	20
3.2. Trabalho feminino, família e escolaridade: mudanças e persistências	22
3.3. Desigualdades de gênero e deslocamentos da força de trabalho	31
3.4. A qualidade do trabalho feminino	41
<b>4. FONTES DISPONÍVEIS PARA AVALIAR A QUALIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES: AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES</b>	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	68
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	73

## ÍNDICE DAS TABELAS

1. Indicadores de participação econômica por sexo - 1985/90/95	21
2. Taxas de atividade por idade e sexo	24
3. Taxas femininas de atividade, segundo a posição na família – 1985/93	25
4. Taxas de atividade global das mulheres de 10 anos e mais, por posição na família – 1993	26
5. Taxas de atividade das mulheres que tiveram filhos, por idade 1993/95	28
6. Distribuição dos trabalhadores e taxas de atividade por sexo e escolaridade - 1995	31
7. Trabalhadores e trabalhadoras por setor de atividade – 1985/90/95	33
8. Trabalhadores e trabalhadoras por grupos ocupacionais – 1990/ 95	34
9. Distribuição de empregos masculinos e femininos no setor formal e setor de atividade econômica – 1988/ 92	35
10. Distribuição dos empregos no setor formal, segundo grupos ocupacionais – 1988/ 92	36

11. Postos de trabalho no mercado formal e variação no período 1988/ 92	37
12. Perda de postos de trabalho no mercado formal no período 1988/ 92 por setor de atividade	38
13. Empregos segundo tamanho de estabelecimento e setor de atividade econômica – 1988/ 92	39
14. Perda de postos de trabalho no período 1988/ 92 segundo grupos ocupacionais e sexo	40
15. Ocupados e ocupadas segundo a posição na ocupação – 1993/ 95	42
16. Ocupados e ocupadas segundo o local de trabalho – 1993/ 95	43
17. Pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação e local de estabelecimento do trabalho principal – 1993	44
18. Ocupações com maior representatividade de mulheres – 1988/ 92	46
19. Trabalhadores e trabalhadoras segundo faixas de rendimento médio mensal – Brasil, 1985/ 90/ 95	48
20. Rendimento dos ocupados e ocupadas segundo setores de atividade – 1995	49
21. Rendimento dos ocupados ocupadas, segundo grupos de horas semanais trabalhadas – 1995	50
22. Ocupados e ocupadas com rendimento no trabalho principal, segundo a posição na ocupação – 1995	51
23. Ocupados e ocupadas segundo anos de estudo e classes de rendimento – 1995	52
24. Desigualdades salariais entre sexos em ocupações femininas no mercado formal – 1988/ 92	53
25. Ocupados e ocupadas segundo o número de horas trabalhadas por semana no trabalho principal – 1985/ 90/ 95	55
26. Empregados e empregadas com carteira assinada – 1985/ 90/ 95	57
27. Distribuição dos empregados masculinos e femininos no setor formal, segundo a natureza do vínculo – 1988/ 92	58
28. Empregados (as) e trabalhadores (as) domésticos (as) segundo tempo de permanência no trabalho principal e posse de carteira de trabalho – 1995.	59
29. Porcentagem de ocupados e ocupadas que contribuem para a previdência social por setor econômico – 1985/ 90/ 95	60
30. Aposentados e pensionistas, segundo o sexo e condição de atividade – 1995	61
31. Ocupados e ocupadas por associação a sindicatos e setor de atividade – 1995	63
32. Indicadores de inserção feminina nos principais sindicatos não patronais – 1992	64

## **ÍNDICE DOS GRÁFICOS**

1. Trabalho e idade	24
2. Trabalho feminino e posição na família	25
3. Atividade global das mulheres e posição na família	26
4. Trabalho feminino, idade e filhos	29
5. Trabalhadores/ as e escolaridade	31
6. Trabalhadoras e setor de atividade	34
7. Trabalhadoras e grupos ocupacionais	35

## **ÍNDICE DOS QUADROS**

1. Nichos femininos mais desfavorecidos	45
2. Algumas ocupações nas quais as mulheres aumentaram sua representatividade no período	47

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa traçar um diagnóstico da situação do trabalho das mulheres no Brasil e das principais alterações ocorridas na qualidade do emprego feminino, no período transcorrido entre os anos de 1985 e 1995. O texto tem por objetivo oferecer elementos que permitam uma comparação da situação das trabalhadoras brasileiras com o trabalho das mulheres dos países do Mercosul e do Chile, patrocinada pela OIT/Organização Internacional do Trabalho. Fundamenta-se em uma análise de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE e do Ministério do Trabalho/MTb referentes ao país e apresenta informações sobre as trabalhadoras e os trabalhadores, visando uma análise com a perspectiva de gênero.

Não é possível falar sobre um país da dimensão do Brasil — 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, 157 milhões de habitantes, segundo a última contagem da população (IBGE, 1996) — sem levar em conta sua diversidade regional. A heterogeneidade sócio-econômica é a marca deste país que, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, poderia ser subdividido em três: uma área de elevado nível de desenvolvimento, constituída por sete estados ao Sul do país, juntamente com o Distrito Federal; uma área de desenvolvimento médio, que inclui o Centro-Oeste e uma parte do Norte do país e uma área de reduzido nível de desenvolvimento que inclui estados do Norte e Nordeste (IPEA, 1996). Ainda que, nos limites deste texto, as disparidades regionais não estejam sendo consideradas, o que constitui uma de suas limitações, é importante que o leitor tenha em mente que, ao apresentarmos dados sobre o país e o trabalho das brasileiras, estaremos forçosamente nos referindo a um complexo e contraditório resultado da combinação dessas diferenças regionais.

Para a elaboração do texto levamos em consideração o fato de ele ser dirigido a leitores estrangeiros, eventualmente não familiarizados com a situação brasileira, seja em termos de suas transformações demográficas, econômicas e sociais, seja no que se refere às fontes de informação disponíveis. Por isso, ele foi estruturado em quatro partes. Na primeira, é apresentado um retrato do país e das principais mudanças pelas

quais ele passou no amplo período que está sendo considerado, de 1985 a 1995. Na segunda, tecemos algumas considerações sobre as fontes dos dados, conceitos, metodologia, abrangência e mudanças, que nos pareceram fundamentais para a compreensão da estrutura da análise sobre o trabalho feminino, objeto de estudo da terceira parte, que se subdivide, por sua vez, em quatro: indicadores do crescimento da participação econômica feminina, mudanças no perfil demográfico e familiar da força de trabalho feminina, inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho brasileiro no período 85 a 95 e qualidade do trabalho feminino. Uma última parte avalia as fontes disponíveis para analisar a qualidade do trabalho das mulheres e formula algumas sugestões.

## **1. O BRASIL DE 1980 A 1995**

### **1.1 Mudanças Demográficas**

Os indicadores demográficos do período mostram que prosseguiu a queda da fecundidade das brasileiras, iniciada em meados da década de 60 e que se intensificou a partir da década de 70. Nos quinze anos analisados, a taxa de fecundidade total declinou de 4,4 para 2,5. Os efeitos desta transição demográfica, associados à queda da mortalidade, evidenciam-se na evolução da estrutura etária da população do País. O contínuo declínio na participação das crianças de menos de 10 anos e, mais intensamente, do grupo de menos de 5 anos de idade, se contrapõe ao crescimento observado na parcela dos idosos, acima dos 65 anos. A tendência declinante observada no tamanho da família é acarretada, principalmente, por esta diminuição progressiva no número médio de filhos por mulher. No período considerado aumenta a proporção de domicílios chefiados por mulheres, que atinge 20,8% das famílias brasileiras, bastante superior aos 14,7% constatados em 1980. Entre as regiões do país o Nordeste e o Sudeste são aquelas que mais se destacam no que se refere à incidência desse fato social — 22% e 21,4%, respectivamente — provocado tanto por razões de ordem econômica, como a persistência da pobreza, quanto por fatores culturais, associados aos novos padrões de comportamento das mulheres e às estruturas familiares mais diversificadas, sobretudo nos grandes centros urbanos.

As diferentes origens das levas migratórias, espontâneas e forçadas, que chegaram ao País a partir do século XVI, e o conseqüente convívio de indivíduos de diferentes raças resultaram em uma grande parcela da população descendente da miscigenação. À época da chegada, a intensidade e os locais de destino destas correntes migratórias também influenciaram fortemente na evolução diferenciada das composições por cor ou raça das regiões. Em 1995 os brancos constituíam 84% da população do Sul e os negros e mulatos formavam 67% da população do Nordeste. Em termos do fluxo migratório interno, o histórico êxodo dos nordestinos em busca de condições de vida menos adversas em outras áreas do País fez com que a Região Nordeste detivesse a mais baixa proporção de pessoas não naturais do estado de residência. Nas últimas décadas, as Regiões Norte e Centro-Oeste foram as que mais receberam migrantes de outras áreas do território brasileiro.

Em 1996 foram contados 157 milhões de brasileiros e a composição populacional por sexos demonstrou a manutenção da tendência histórica de predominância feminina: 97,3% de homens para cada grupo de 100 mulheres. A composição etária da população indica a consolidação de um processo já esboçado em anos anteriores: em todas as regiões do país tem decrescido a participação dos mais jovens (até 14 anos), enquanto aumenta, lentamente, a parcela da população acima de 65 anos. Essas alterações, conjugadas à redução da mortalidade e ao declínio generalizado da fecundidade, caracterizam o início do processo de envelhecimento da população brasileira. Corroboram essa tendência a relação idoso/criança que, em 1996, foi da ordem de 17%, bem superior, portanto, à encontrada em 1980 (10,5%). A escolaridade da população vem crescendo paulatinamente e, em todo o país, as mulheres são mais escolarizadas do que os homens. A região Sul apresenta os índices de escolaridade mais altos (96% no grupo de 7 a 9 anos de estudo) em contraste com a região Nordeste (86% nesse grupo). Embora a escolaridade das crianças de 7 a 14 anos, correspondente ao 1º grau, seja obrigatória e atinja 90% das crianças do país, existem ainda cerca de 2,7 milhões de crianças, nessa faixa etária, fora da escola, enquanto a taxa de analfabetismo, na população de 10 anos e mais, é de 14,8% e

oscila de 8,2% na região mais desenvolvida, para quase 30% no Nordeste. Este indicador espelha de forma inequívoca a heterogeneidade social entre as regiões que compõem o país. A exemplo destas taxas, as condições de vida menos favoráveis que prevalecem no Nordeste ressaltam na quase totalidade dos indicadores de caráter sócio-econômico e evidenciam o seu subdesenvolvimento em relação às demais regiões. (FIBGE/1995, 1996).

## **1.2 Mudanças Políticas e Econômicas**

No período focalizado o país passou por agudas transformações, de ordem política, econômica e social. O ambiente econômico foi particularmente perturbado entre 1986 e 1994, período em que o país conviveu com nada menos que seis planos de estabilização econômica, a saber, Cruzado I, Cruzado II, Bresser, Verão, Brasil Novo e Real. Todos esses planos, na tentativa primeira de estancar a crise inflacionária, promoveram uma sucessão de congelamentos de preços, seguidos de difíceis processos de desindexação, provocando cinco alterações na moeda nacional que, de cruzeiro, passou, sucessivamente, a cruzado, cruzado novo, cruzeiro novo e finalmente, real.

A atividade econômica oscilou entre períodos de aquecimento e recessão, embora a tônica, principalmente nos anos 80, tenha sido de uma permanente e prolongada crise econômica. O início da década de oitenta marca a interrupção de um longo período de crescimento da economia brasileira, com queda do produto interno bruto e retração da indústria de transformação, principalmente bens de consumo durável e bens intermediários. Tendo ancorado seu crescimento no endividamento externo, o país vinha sofrendo os efeitos dos programas de estabilização econômica implementados pelos países industrializados desde as crises do petróleo na segunda metade da década de 70. Desequilíbrios na balança de pagamentos levaram o governo, nos primeiros anos de 80, a negociar com o Fundo Monetário Internacional, apesar de intensas resistências políticas. As medidas econômicas decretadas a seguir têm profundo impacto recessivo, provocando o declínio do produto nacional bruto (Cacciamali, apud Bruschini, 1989).

A intensidade da recessão econômica dos primeiros anos da década de 80 modifica o quadro de crescimento anterior, provocando aumentos nas taxas de desemprego e alteração na distribuição da população economicamente ativa, deslocando-a do setor industrial para ocupações no setor informal, e refletindo-se no aumento de autônomos e no subemprego. Na primeira metade de 80 e principalmente em 83, o setor terciário teve papel fundamental no sentido de evitar maiores quedas no nível de emprego. Os ramos que mais se destacaram na geração de empregos foram a prestação de serviços, o comércio, as atividades sociais, a administração pública e alguns outros, como as instituições financeiras. No final de 83 a indústria brasileira tinha alterado sua composição em favor de bens de exportação, que ajudariam o país a sair da recessão a partir da segunda metade do ano seguinte, graças à recuperação da economia mundial. A retomada dos níveis de atividade porém, foi insuficiente para reestabelecer os níveis anteriores. A partir desse momento, a indústria não responderia sozinha pela criação de empregos. Serviços sociais e pessoais, bem como serviços comerciais, financeiros e governamentais que compõem o setor terciário da economia passaram a responder pela retomada do crescimento da economia. O setor público, apesar da política de estabilização, expandiu a geração de empregos. A partir de 84, a economia brasileira retomou seu ritmo de crescimento, apoiada sobretudo no aumento das exportações, e cresceu a uma taxa de 5,7%, que se ampliou para 8,3% no ano seguinte (Gomes, apud Bruschini, 1989). Em 1986, durante o governo Sarney, o plano Cruzado provocou um surpreendente *boom* no consumo, mas logo fracassou, provocando o recrudescimento da recessão. Entre 1987 e 1989 cresceu a instabilidade inflacionária e continuaram as flutuações no nível de produção e emprego, sem que se manifestasse de forma clara, entretanto, retração da atividade econômica. Do ponto de vista do emprego e da renda, a década de 80 assistiu a uma deterioração das condições gerais do mercado urbano, tendo em vista o crescimento relativamente lento do emprego, o aumento da proporção de assalariados sem contrato de trabalho formalizado, a redução nos níveis de salário real e a corrosão do poder de compra dos salários ocasionada pela inflação. Com a estagnação econômica, não foram geradas novas oportunidades ocupacionais para absorver o aumento da população ativa (Baltar, Dedecca, Henrique, 1996).

Pode-se afirmar, em resumo, que a década de 80, mesmo tendo tido alguns momentos de crescimento da economia, caracterizou-se pela recessão econômica, pelas altíssimas taxas inflacionárias e pela não diminuição da pobreza, o que a levou a ser conhecida como a *década perdida* (Lopes e Gottschalk, 1990). Porém, se não houve melhora no enfrentamento da pobreza e da concentração de renda nesses 10 anos, houve também nesse período uma diminuição da desigualdade no acesso mais amplo da população mais desfavorecida a serviços básicos. A comparação de dados das PNADs de 1981 com os últimos levantamentos daquela década iria mostrar que os anos oitenta não foram inteiramente perdidos, mas foram também marcados por grande expansão do atendimento público — rede de esgoto, saneamento, água, eletricidade — e mesmo pelo acesso dos pobres ao consumo — geladeira, TV e outros itens. Essa mesma década, por outro lado, assistiu a um processo de reorganização da sociedade civil. Enquanto o país caminhava para a redemocratização, após o longo período de regime militar, a sociedade civil engendrou novas práticas e formas de organização, as quais tiveram como desdobramento o fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais.

Em 1990, o governo de Collor — primeiro presidente a ser eleito após a abertura democrática — implanta o Plano Brasil Novo, o qual, de imediato, provoca queda brusca na inflação, retração nos setores mais organizados da economia e novo ciclo recessivo. As novas diretrizes econômicas promovem uma abrupta abertura do mercado nacional aos produtos importados, a qual, associada à crise econômica que se instaurou e ao quadro de incertezas na economia, acelera o ritmo de introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais (principalmente no setor industrial), visando o aumento dos patamares de produtividade e de qualidade dos produtos nacionais, para fazer frente à concorrência internacional. A produtividade manteve-se em alta, mas trouxe como efeito colateral a queda no nível de emprego industrial e, em cascata, nos demais setores econômicos (FIPE e CNI/DEC, apud Bruschini e Lombardi, 1996). Com o refreamento da crise em 1993, após o *impeachment* de Collor e a instalação do governo Itamar Franco, houve alguma recuperação em postos de trabalho da indústria, sem retornar, entretanto, aos patamares de 1990. Em julho de 1994 tem início a implantação do Plano Real, projeto do atual governo de Fernando

Henrique Cardoso, àquela época Ministro da Fazenda, cujo objetivo central é a queda da inflação e a estabilidade da moeda.

A redução da inflação, que possibilitou o aumento do poder de compra das famílias, associada às facilidades de crédito encontradas nos primeiros meses de vigência do Plano, incentivaram o aumento da produção industrial, que prosseguiu até o primeiro trimestre de 1995, apesar das medidas restritivas que foram sucessivamente sendo impostas. No entanto, em decorrência da mudança estrutural que já vinha se processando na indústria de transformação, até mesmo no auge do reaquecimento o aumento do pessoal ocupado foi modesto. Em 1995, a participação dos ocupados na indústria de transformação perdeu terreno, ficando, em números absolutos, praticamente igual a 1993. O setor terciário continuou a ser o responsável pela absorção da maior parcela da população ocupada. Nas atividades não agrícolas aumentaram as proporções de trabalhadores por conta-própria e empregadores com pequeno número de empregados e também dos empregados do setor privado em pequenas unidades produtivas, o que pode ser mais um indício dos ajustes que vêm ocorrendo nas empresas de maior porte para enfrentar o mercado globalizado e competitivo (FIBGE/1995, 1996).

As análises referentes ao primeiro ano do Plano Real mostram que a rápida abertura da economia para o Exterior, combinada a uma taxa de câmbio sobrevalorizada, gerou desequilíbrio nas contas externas e baixo nível de crescimento do produto industrial. Os postos de trabalho perdidos na indústria têm sido substituídos por outros nos setores de comércio e de serviços, em grande parte informais, com produtividade relativamente mais baixa e pagando salários menores do que os da indústria. A tendência tem sido a de redução da qualidade dos postos de trabalho gerados, que podem também deixar de crescer, ampliando as taxas de desemprego nos próximos anos (Camargo, 1996).

É importante assinalar que, desde o início dos anos 90, os setores que geravam bons empregos já haviam passado a empregar menos e que esta tendência estaria sendo

agudizada pelo plano Real. Destaca-se, nesse movimento, a indústria, que se reestrutura para fazer face à concorrência internacional; o setor financeiro, atingido pela crescente automação, pela súbita amputação das receitas inflacionárias que detinham antes do Plano Real e por um crescente número de fusões e aquisições; as estatais que, à medida que vão sendo privatizadas, são obrigadas a se desfazer de parcelas significativas de seu pessoal; e a administração pública, cuja reorganização começa a se traduzir numa diminuição do número de servidores públicos. Com isto, as chances de conseguir um emprego formal se reduziram em quase 10 pontos percentuais nas principais regiões metropolitanas. Até aqui, a principal contrapartida deste processo não foi uma explosão da taxa de desemprego, embora ela tenha aumentado, mas uma crescente precarização das relações de trabalho e, sobretudo, um aumento do trabalho por conta própria (CONJUNTURA..., 1996). Pochmann (1996) lembra-nos que, enquanto o PIB cresceu cerca de 15% entre 93 e 95, o emprego formal registrou aumento de apenas 2%. As hipóteses mais otimistas do governo estimam que, até o final da década de 90, o crescimento médio anual do PIB será de apenas 4%, o que não deve se alterar se forem mantidas as premissas básicas do Plano Real para manter a estabilização: manutenção das taxas de câmbio, taxas de juros elevadas, ajustamento do setor público, por meio de privatizações, compressão do gasto público e ampliação das receitas para enfrentar o endividamento interno. No final de outubro de 1997, a crise financeira internacional tem efeitos negativos sobre o mercado brasileiro, põe em risco o Real e provoca, como reação do Governo, aumento ainda maior nas taxas de juros e cortes orçamentários. As perspectivas, a partir desta data, passam a ser a de aumento da recessão e do desemprego, às custas da manutenção da estabilidade da moeda e da queda da inflação.

Até o momento, os estudos e as pesquisas de opinião indicam que os dois principais objetivos do plano Real — inflação zero e moeda forte e estável — tiveram como efeitos positivos uma relativa ampliação da renda das classes mais baixas, que passaram a ter acesso a um consumo mais diversificado, incluindo itens de alimentação, vestuário, eletrodomésticos e outros. Por outro lado, a crise do emprego e o desemprego polarizam todas as atenções, ao mesmo tempo que a população,

sempre que consultada, menciona que os inúmeros problemas na área social — saúde pública, educação, pobreza, miséria, violência, criminalidade, principalmente nos grandes centros urbanos — não estão sendo devidamente enfrentados pelo governo. (LISTENING POST, 1997).

## 2. FONTES DOS DADOS

Para a elaboração deste texto, recorreremos às seguintes fontes de dados:

- **Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios/PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE de 1985 e 1995**

A PNAD é uma pesquisa domiciliar por amostragem, realizada anualmente, desde 1967, exceto nos anos em que é realizado o Censo Demográfico. Tem como objetivo central o levantamento sobre mão-de-obra, porém aborda outros temas em maior profundidade em suplementos especiais. Desde o início dos anos 90 a PNAD passou por uma profunda transformação, procurando atender às demandas de vários setores da sociedade, inclusive das feministas que, desde o final dos anos 70, fizeram um sério esforço de crítica às estatísticas oficiais, acompanhando o debate teórico sobre o trabalho feminino (Bruschini, 1994a; 1996).

De fato, ao tomar como modelo o trabalho regular, contínuo e remunerado segundo as regras da economia de mercado predominante nos países capitalistas mais avançados, os Censos e as PNADs não medem adequadamente a contribuição econômica das mulheres para a sociedade e tendem a invisibilizar o trabalho feminino. Este costuma ser marcado pela descontinuidade e intermitência de entradas e saídas do mercado, através das quais as mulheres procuram manter o equilíbrio entre as atividades produtivas e as funções reprodutivas que lhe são socialmente atribuídas. O papel de dona de casa, desempenhado pela maior parte das mulheres em idade adulta, é contabilizado como inatividade econômica. No setor agrícola, nas atividades informais, sempre que não ocorre uma nítida separação entre as tarefas domésticas e as econômicas, é grande a probabilidade de que as mulheres sejam classificadas como inativas. O trabalho a domicílio destinado à produção de alimentos ou de roupas esconde-se nas atividades domésticas, sendo omitido. O período de tempo usado

como referência afeta o volume de atividade encontrado. Quanto mais amplo o período, maior será o componente rural feminino, que costuma exercer muitas atividades sazonais. As formas mediante as quais são elaboradas as perguntas podem provocar maior ou menor ocultamento dos dados e a subestimação do trabalho feminino.

Nos anos oitenta, como resultado dessas críticas e como consequência de um diálogo mais estreito entre usuários e produtores de dados, várias alterações foram sendo introduzidas nos questionários do IBGE, muitas delas favoráveis a um maior desvendamento do trabalho feminino. No Censo de 1991 foi introduzida a possibilidade do respondente indicar se trabalhou habitual ou eventualmente nos doze meses anteriores ao levantamento. Essa mudança, aparentemente pequena, pode ter levado muitas mulheres que exercem esporadicamente atividades econômicas a se declararem trabalhadoras.

Acompanhando essa tendência, foi feita uma reformulação na PNAD, incorporando críticas e sugestões, assim como a discussão internacional sobre o tema. Em relação ao trabalho feminino, o Anteprojeto de Revisão menciona as recomendações da 13ª Conferência da OIT e da Conferência Internacional de Nairobi de 1985, para que sejam elaboradas estatísticas mais precisas sobre a participação econômica das mulheres e seja dada atenção à sua contribuição não econômica. Entre essas recomendações figura também a de investigar, através do domicílio, a produção da empresa familiar, as fontes de renda e os gastos, além do tempo gasto por cada membro da família em diferentes atividades. No caso da mulher, o documento chama a atenção para o fato de que a amostragem domiciliar permite o estudo não só da atividade, mas também da inatividade econômica e do trabalho doméstico (FIBGE/1990, apud Bruschini, 1996).

Procurando incorporar essas sugestões, foi feita uma reconceituação da categoria *trabalho*, a fim de compreender mais adequadamente as especificidades da realidade sócio-econômica brasileira. O trabalho agrícola — separando o trabalho familiar do

assalariado — passou a ser distinguido do não agrícola. Este, por sua vez, passou a discriminar o trabalho assalariado na empresa capitalista, no setor público ou em pequenas organizações. A categoria dos inativos passou a ser vista como um contingente dinâmico, distinguindo-se a força-de-trabalho efetiva da potencial. Segundo o novo conceito, a categoria dos empregados agora inclui os trabalhadores domésticos assalariados, os empregados públicos e os empregados na produção e circulação de mercadorias. A investigação dos trabalhadores por conta-própria passa a caracterizar o trabalho exercido no domicílio ou fora deste. No caso dos empregadores, as informações se tornaram mais detalhadas incluindo, por exemplo, o número de empregados. No caso do trabalho não-remunerado, a PNAD passou a utilizar o critério da OIT de “algum trabalho”, com “pelo menos 1 hora de trabalho por semana” e não mais 15 horas como vinha sendo feito, o que amplia consideravelmente o alcance desta categoria. Finalmente, passam a ser destacados os trabalhadores não-remunerados que trabalham para instituições religiosas ou beneficentes, bem os como estagiários e os aprendizes, de outros tipos de trabalho familiar não remunerado, como os do pequeno comércio e o da produção para o autoconsumo.

Os efeitos dessa revisão logo passaram a ser sentidos. Em 1990 a PNAD passou a incluir informações sobre *o local de estabelecimento do trabalho principal*, o que tornou visível um outro ângulo do trabalho feminino. Mas é somente a partir da PNAD de 1992 que passa a ser efetivamente adotado um novo conceito de trabalho, que inclui: a) ocupações remuneradas em dinheiro, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.), na produção de bens ou serviços; b) ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; c) ocupações sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvidas durante pelo menos uma hora na semana; em ajuda a membro da unidade domiciliar, conta-própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficiante ou de cooperativismo; como aprendiz ou estagiário; d) ocupações desenvolvidas pelo menos uma hora por semana na produção de bens e na construção de edificações e benfeitorias para o uso próprio ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

No novo conceito de trabalho caracterizam-se, portanto, as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e na produção para o próprio consumo. O maior refinamento do conceito favorece a mensuração mais adequada das atividades econômicas, porque reduz consideravelmente o número mínimo de horas trabalhadas e inclui atividades assistenciais e para o autoconsumo, entre outras alterações. Por outro lado, introduz um viés metodológico na comparação dos dados obtidos a partir de 1992 com os anteriores, na medida em que diferentes critérios foram utilizados. Como veremos a seguir, os efeitos da nova metodologia são muito mais contundentes para o caso do trabalho feminino, sobretudo o rural (Bruschini e Lombardi, 1996).

- **RAIS/Mtb, 1988 e 1992**

Realizado e publicado pelo Ministério do Trabalho, o Anuário RAIS/Relação Anual de Informações Sociais contém informações fornecidas pelas empresas, referentes a registros de emprego, flutuações e remuneração, em associação a outras variáveis, inclusive sexo. Trata-se de uma fonte de dados declarados pelos empregadores, que se refere, basicamente, ao segmento formal do mercado de trabalho, razão pela qual suas informações não podem ser comparadas àquelas obtidas por meio da fonte anterior. Apesar disso, algumas informações da RAIS serão analisadas neste texto, porque oferecem importantes elementos para a análise do trabalho feminino no segmento formal da economia. É importante mencionar que, no caso desta fonte, os dados limitam-se ao ano de 1992, data do levantamento mais recente ao qual tivemos acesso.

### **3. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 1985-1995**

#### **3.1 O aumento da atividade feminina**

Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil da última década, o primeiro fato a chamar a atenção é o vigor do seu crescimento. Com um acréscimo de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63%, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa, nos dez anos examinados. Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram patamares semelhantes, as das mulheres se

ampliaram significativamente de 85 a 90 e mais ainda nos anos seguintes, quando atingiram 48% na semana e 53% no ano de referência. Como apontamos anteriormente, é preciso ter cuidado para interpretar o crescimento do trabalho feminino a partir de 1990, uma vez que parte dele foi provocado pela ampliação do conceito de trabalho, que passou, desde 1992, a incluir atividades para o autoconsumo, a produção familiar e outras até então não consideradas como trabalho. Como essas atividades sempre foram realizadas por mulheres, os efeitos da nova metodologia incidem sobretudo sobre elas, enquanto as taxas masculinas de atividade permanecem inalteradas no período. A nova metodologia, no entanto, ainda não avançou suficientemente a ponto de incluir a atividade doméstica, realizada pelas donas-de-casa, que continua a ser classificada como inatividade econômica. Por outro lado, o novo levantamento também apresenta informações sobre as atividades econômicas realizadas nos 365 dias anteriores à pesquisa, contribuindo para a captação do trabalho sazonal ou eventual e, nesse caso, ampliando as taxas de atividade de ambos os sexos. Agora mais visíveis e em maior número, as trabalhadoras passam a constituir, em 1995, 40,4% da força de trabalho brasileira.

**Tabela 1**  
*Indicadores de participação econômica por sexo*  
**Brasil**

SEXO	PEA (em milhões)			Variação 1985/95 %	Taxas de atividade (%)				Proporção de mulheres entre os trabalhadores		
	1985	1990	1995		1985	1990	1995		1985	1990	1995
				semana			ano				
<b>HOMENS</b>	36,6	41,6	44,2	20,8	76,0	75,3	75,3	78,3	66,5	64,5	59,6
<b>MULHERES</b>	18,4	22,9	30,0	63,0	36,9	39,2	48,1	53,4	33,5	35,5	40,4

Fonte: FIBGE, PNADs 85 e 90 (tab. 3.1), 95 (tabs. 4.2 e 4.33)

Em vários trabalhos anteriores (Bruschini, 1989; 1994b e 1995b) procuramos mostrar que o significativo aumento da atividade das mulheres, uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde os anos 70, teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas,

culturais e sociais que vem ocorrendo no país e que tem afetado as mulheres e as famílias brasileiras. A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. Por fim, transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos setenta e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicariam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo, como veremos a seguir .

### **3.2 Trabalho feminino, família e escolaridade: mudanças e persistências**

Nunca é demais repetir que a manutenção de um modelo de família patriarcal, segundo o qual cabem às mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico, condicionam a participação feminina no mercado de trabalho a outros fatores além daqueles que se referem à sua qualificação e à oferta de emprego, como no caso dos homens.

A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares. O estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, as características do grupo familiar, como o ciclo de vida — famílias em formação, com filhos pequenos, famílias maduras, filhos adolescentes, famílias mais velhas etc...— e a estrutura familiar — família conjugal, chefiada por mulher, ampliada pela presença de outros parentes etc... — são fatores que estão sempre presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a

existência de emprego tenham papel fundamental. O importante a reter é que o trabalho das mulheres não depende apenas da demanda do mercado e das suas necessidades e qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa, e em permanente transformação, dos fatores mencionados, os quais, é preciso enfatizar, não afetam os movimentos da mão-de-obra masculina.

No período analisado, não foi apenas o aumento que caracterizou a mão-de-obra feminina, mas também algumas significativas alterações em seu perfil. As trabalhadoras que, até o final dos anos setenta, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Um dos indicadores mais evidentes dessa mudança é a **idade**. Como revelam os dados da tabela 2, embora a atividade feminina tenha se ampliado em todas as faixas etárias, os aumentos mais relevantes ocorreram nas mais elevadas, tendência já observada nos anos oitenta, que se intensifica na década seguinte. Em 1995, a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos e mais de 63% das de 40 a 49 anos também são ativas. A hipótese de que o aumento da atividade das mais velhas poderia ser atribuído à redefinição do conceito de trabalho, na medida em que este passou a incluir a produção familiar e o autoconsumo, não foi por nós comprovada em trabalho anterior, no qual mostramos que apenas as mulheres de mais de 60 anos trabalham predominantemente nessa condição, pois até mesmo as de 50 a 59 anos ainda são empregadas ou trabalham por conta própria (Bruschini e Lombardi, 1996).

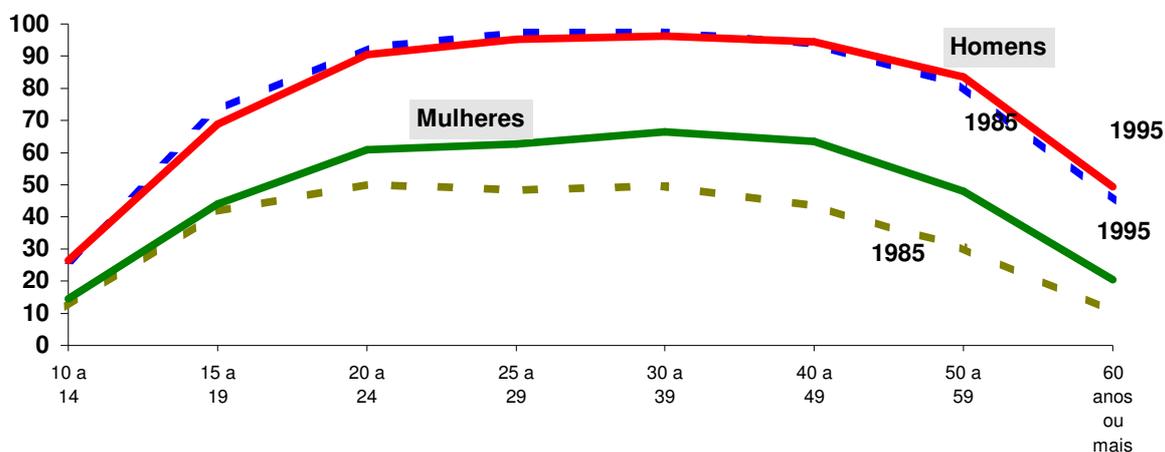
Enquanto o padrão masculino de participação econômica por idade não sofre nenhuma alteração em qualquer data ou região analisada (Bruschini, 1989, 1995b), o mesmo não ocorre com o padrão feminino, que tem sofrido um significativo processo de envelhecimento, como é ilustrado pelo gráfico 1.

**Tabela 2**  
**Taxas de Atividade por Idade**  
**Brasil**

FAIXAS ETÁRIAS	1985		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 14	26,5	12,2	26,4	14,4
15 a 19	73,3	41,7	68,8	44,1
20 a 24	92,5	50,1	90,5	60,9
25 a 29	97,2	48,5	95,2	62,7
30 a 39	97,4	49,7	96,3	66,4
40 a 49	93,9	43,5	94,5	63,5
50 a 59	80,8	30,3	83,6	48,0
60 ou mais	45,2	10,4	49,4	20,4
<b>TOTAL</b>	<b>76,0</b>	<b>36,9</b>	<b>75,3</b>	<b>48,1</b>

Fonte: FIBGE, PNADs 85 (tab. 3.1), 95 (tab. 4.2)

**Gráfico 1**  
**Trabalho e Idade**



A mudança no perfil etário da PEA feminina, que é acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas (categoria **cônjuges**, tabela 3), sugere que as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos 70. Movidas pela necessidade de complementar a renda familiar ou impulsionadas pela escolaridade elevada, menor

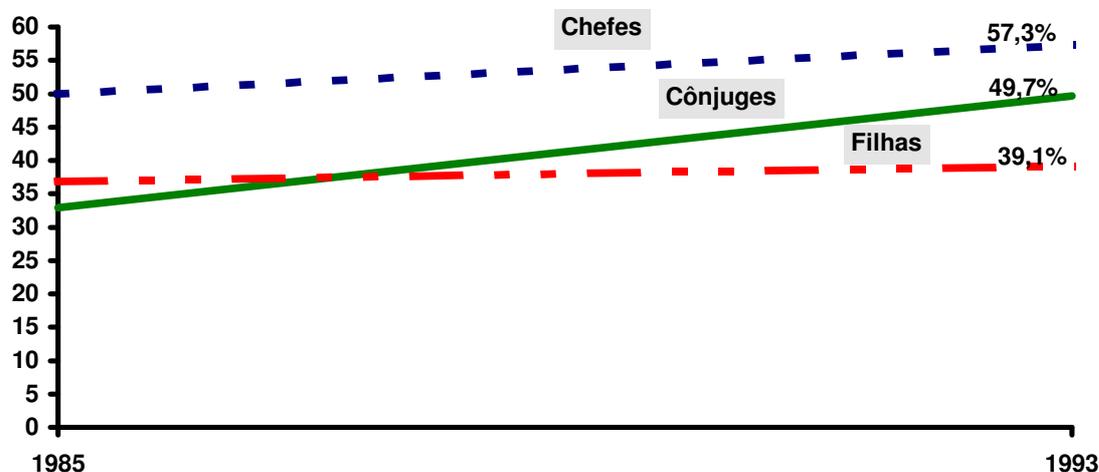
número de filhos, mudanças na identidade feminina e nas relações familiares, as mulheres casadas procuram cada vez mais o mercado de trabalho.

**Tabela 3**  
*Taxas Femininas de Atividade, segundo a posição na família*  
Brasil

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	1985	1993
Chefes	50,0	57,3
Cônjuges	32,9	49,7
Filhos	36,8	39,1
Outros parentes	26,2	31,5
Sem parentesco*	84,5	79,1
TOTAL	36,9	47,0

Fonte: FIBGE, PNADs 85 (tab. 4.4), 93 (tabulações especiais)

**Gráfico 2**  
**Trabalho feminino e posição na família**



É possível afirmar, portanto, que, no âmbito da oferta de trabalhadoras, tem havido significativas mudanças. Restam, no entanto, algumas continuidades que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem dela uma trabalhadora de segunda categoria, que está sempre em desvantagem no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Estando ou não

no mercado, todas as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são desvalorizadas e desconsideradas nas estatísticas, que as classifica como “inativas, cuidam de afazeres domésticos”. Caso fossem consideradas ativas, as taxas globais de atividade feminina seriam superiores a 90% e, no caso das esposas, atingiriam quase 99%.

**Tabela 4**  
**Taxas de atividade global das mulheres de 10 anos e mais, por posição na família**  
**Brasil, 1993**

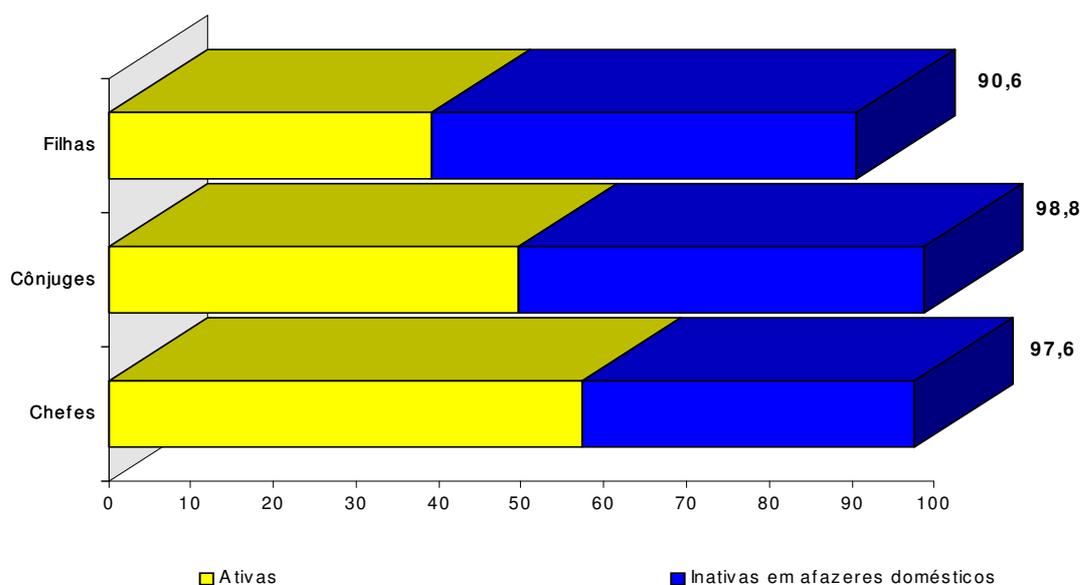
POSIÇÃO NA FAMÍLIA	Total de mulheres	Ativas	Não ativas por afazeres domésticos	Taxa de atividade global
	(milhões)	%	%	%
<b>Chefes</b>	8.855.382	57,3	40,3	97,6
<b>Cônjuges</b>	28.156.595	49,7	49,1	98,8
<b>Filhas</b>	18.284.326	39,1	51,5	90,6
<b>TOTAL</b>	55.296.303	46,5	48,9	95,4

Fonte: PNAD 93, (tabulação especial)

OBS: excluídos *sem parentesco, empregadas domésticas e sem declaração*

**Gráfico 3**

**Atividade global das mulheres e posição na família - 1993**



- **O efeito da maternidade**

A persistência da responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e a família é um dos fatores determinantes da posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho. Mas, dentre eles, sem dúvida é a maternidade aquele que mais interfere no trabalho feminino, sobretudo quando os filhos são pequenos. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. Contudo, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias muito pobres ou nas chefiadas por mulheres, outros arranjos como a rede de parentesco, inclusive os filhos maiores, ou redes de vizinhança poderão ser acionados para olhar as crianças enquanto a mãe vai trabalhar. Segundo pesquisa da Fundação SEADE, na cidade de São Paulo, em 1995, 30% das meninas de 10 a 14 anos estudavam, cuidavam dos irmãos pequenos e ajudavam nas tarefas domésticas, em prejuízo de seu tempo de estudo e de lazer (Bruschini, 1997).

A insuficiência de equipamentos coletivos como as creches, que atendem parcela muito pequena das crianças brasileiras, contribui para aumentar o peso da maternidade sobre as mulheres e, em particular, sobre as trabalhadoras. Campos, Rosemberg e Ferreira (apud Bruschini, 1995a) relatam que, em 1985, nas áreas metropolitanas, mais de 78% das crianças de 0 a 6 anos ficavam com as mães a maior parte do tempo e apenas 23% freqüentavam creches ou pré-escolas. Outra pesquisa mostra que, em 1989, apenas 5,1% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos freqüentavam creches e 16,9% das de 0 a 6 anos freqüentavam creches ou pré-escolas (Brasil, 1994).

Informações mais recentes revelam que as mães, mesmo quando trabalham fora, continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças pequenas. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde, 23% das trabalhadoras cuidam elas mesmas dos filhos menores de 5 anos, 34% são ajudadas

por parentes, 10% pelas filhas, 12% por empregadas domésticas, 4% pelos maridos e apenas 10,2% ficam em creches (BEMFAM, 1997, tab.2.17, p.37).

No período analisado, como indicam os dados da tabela 5, a maternidade continua a afetar a atividade feminina, quando os filhos são pequenos<sup>1</sup>. As taxas de atividade das mulheres de mais de 15 anos que tiveram filhos caem significativamente quando elas são jovens, em relação ao conjunto de mulheres de idade semelhante. Entre as de 20 a 24 anos, 61% trabalham em 95, mas entre as que tiveram filhos, a atividade cai para 50%. Dos 25 aos 29 anos, a atividade cai de 63% das que não tem filhos para 56% entre as mães. Mesmo assim, mais da metade das jovens mães são economicamente ativas, o que não deixa de ser uma importante mudança no perfil das trabalhadoras dos anos noventa. A partir dos 30 anos, a atividade das mães se aproxima à do total de mulheres na mesma faixa etária e assim permanece nas faixas etárias subseqüentes, sugerindo que o crescimento dos filhos libera as mulheres para a participação no mercado de trabalho.

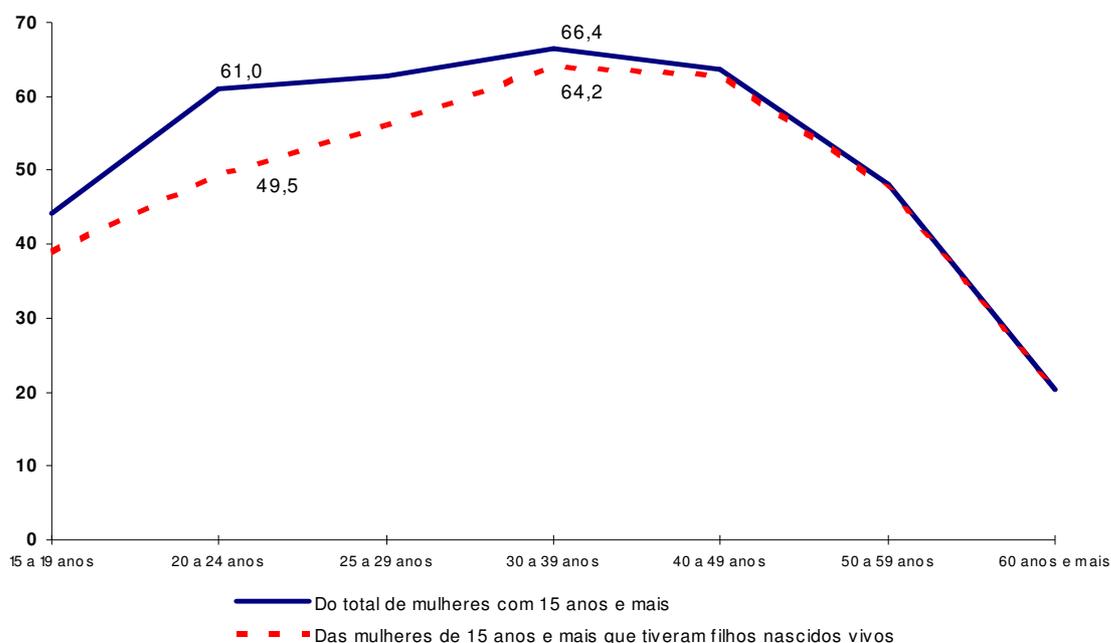
**Tabela 5**  
**Taxas de atividade das mulheres que tiveram filhos, por idade**  
**Brasil**

GRUPOS DE IDADE	Taxas de Atividades			
	1993		1995	
	Do total de mulheres com 15 anos e mais	Das mulheres de 15 anos e mais que tiveram filhos nascidos vivos	Do total de mulheres com 15 anos e mais	Das mulheres de 15 anos e mais que tiveram filhos nascidos vivos
15 a 19 anos	46,0	36,2	44,1	38,9
20 a 24 anos	59,7	46,7	61	49,5
25 a 29 anos	61,0	53,8	62,8	56,3
30 a 39 anos	63,7	61,5	66,4	64,2
40 a 49 anos	60,7	59,7	63,7	62,9
50 a 59 anos	45,8	45,0	48,1	47,7
60 anos e mais	21,4	21,3	20,4	20,2
<b>Total</b>	<b>52,8</b>	<b>49,9</b>	<b>54,0</b>	<b>51,9</b>

Fonte: FIBGE, PNADs 1993 e 95 (tab. 6.2)

<sup>1</sup> Como não há dados, na PNAD, sobre filhos residentes no domicílio, bem como idade dos filhos, recorremos a uma aproximação, analisando a atividade das mulheres que tiveram filhos, segundo sua idade.

**Gráfico 4**  
**Trabalho feminino, idade e filhos**



As elevadas taxas de atividade das mães de mais de 30 anos podem indicar tanto sua permanência no mercado de trabalho, apesar das dificuldades inerentes à conciliação entre o trabalho e a maternidade, quanto uma volta ao mercado de trabalho depois que os filhos cresceram. Nesse caso, é possível dizer que elas retornaram relativamente cedo e ainda jovens, pois as taxas das mães aumentam significativamente a partir dos 30 anos. Segundo Wajnman e Rios-Neto (apud Bruschini, 1995a), a criação dos filhos estaria perdendo o impacto sobre a saída da mulher da força de trabalho, porque os valores associados a um número elevado de filhos declinaram, enquanto aqueles que se referem à participação das mulheres no mercado de trabalho tornaram-se mais fortes. A concentração da fertilidade e dos cuidados com os filhos dos 20 aos 29 anos justificaria a ocorrência de um aumento relativamente pequeno da atividade nessa faixa etária.

O crescimento do trabalho das casadas e mães poderia ser tomado, de um lado, como um indício da pressão econômica, que estaria forçando mulheres com essas

características a procurar o mercado de trabalho. A diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento fariam parte desse processo. Contudo, esse aumento também é fruto de um intenso processo de modernização e de mudança cultural observados no Brasil a partir dos anos setenta, do qual faz parte a expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso.

- **Efeito da escolaridade**

Como tem sido reiterado pela literatura (ver por exemplo, Miranda, 1975 e Rosemberg et alii, 1982), a associação entre a **escolaridade** e a participação das mulheres no mercado de trabalho é intensa. As mulheres mais instruídas apresentam taxas mais elevadas de atividade, não só porque o mercado de trabalho é mais receptivo ao trabalhador mais qualificado, como ocorre com os homens, mas também porque podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas, que compensam os gastos com a infra-estrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar. Como ocorre com os homens, a atividade das mulheres aumenta entre as que tem mais de 8 anos de estudo (que corresponde à escolaridade obrigatória do primeiro grau), mas são aquelas que tem nível superior de ensino (15 anos ou mais) as mais ativas, com uma taxa de mais de 80% em 1995, quase o dobro da atividade feminina em geral. Por outro lado, as trabalhadoras têm, em média, mais anos de estudo do que seus colegas. Como se verifica pelos dados da tabela seguinte, na mesma data, quase 25% das trabalhadoras, em comparação a 17% dos trabalhadores, tinham mais de 11 anos de estudo.

**Tabela 6**  
**Distribuição dos trabalhadores e taxas de atividade por sexo e escolaridade**  
**Brasil, 1995\***

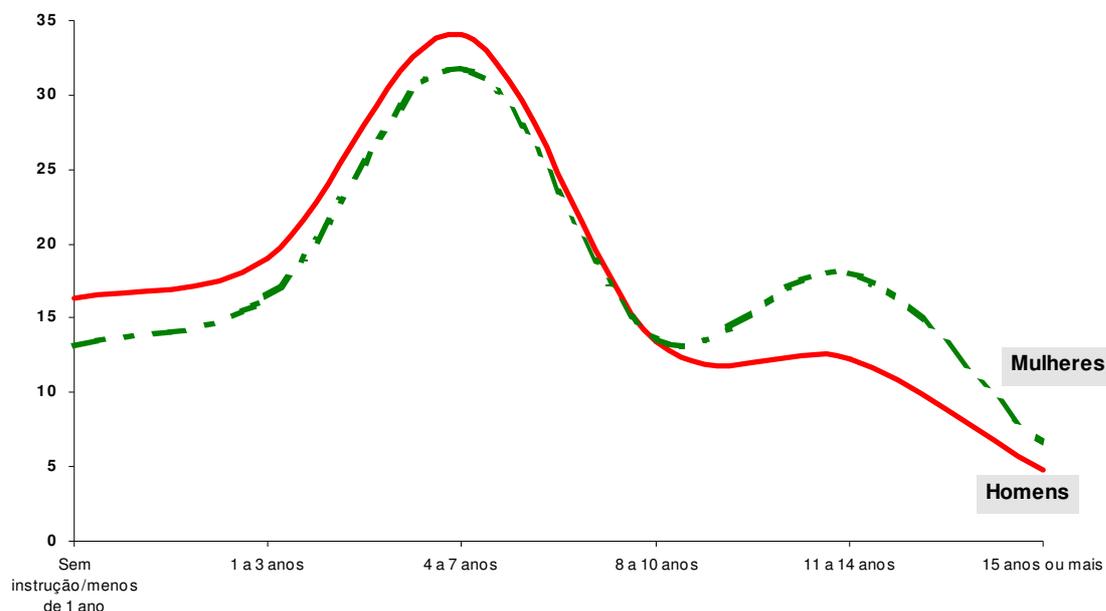
ANOS DE ESTUDO	Taxas de Atividade		Distribuição por Escolaridade	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sem instrução e menos de 1 ano	73,5	40,2	16,3	13,2
1 a 3 anos	65,6	39,0	19,0	16,5
4 a 7 anos	73,9	44,0	34,1	31,9
8 a 10 anos	82,5	52,8	13,4	13,6
11 a 14 anos	88,6	69,0	12,2	18,1
15 anos ou mais	90,6	82,3	4,8	6,5
Total	75,3	48,1	100,0	100,0
(milhões)	--	--	[44,2]	[30]

Fonte: PNAD 95, (tab. 4.3)

\* A agregação dos anos de estudo difere de 1985 para 1995, o que inviabilizou a comparação

**Gráfico 5**

**Trabalhadores/as e escolaridade**



**3.3 Desigualdades de gênero e deslocamentos da força de trabalho**

Nas sociedades ocidentais, como a brasileira, predominam relações de gênero assimétricas e hierárquicas, que se expressam em posições desiguais ocupadas por homens e mulheres tanto na esfera da produção quanto no âmbito privado das relações

familiares. Apesar das transformações do mundo moderno, ainda hoje destinam-se às mulheres sobretudo as atividades reprodutivas, como os cuidados com a casa e a família, enquanto aos homens cabe o papel de provedor desse grupo. Estas condições diferenciadas por gênero são apropriadas pelo mercado de trabalho, determinam que homens e mulheres ocupem nele lugares diferentes e hierarquicamente determinados e favorecem a ocorrência de mecanismos discriminadores em relação às mulheres, que se expressam tanto no acesso ao trabalho, quanto na posição ocupada e na qualidade do trabalho realizado. O lugar ocupado por homens e mulheres nos setores de atividade econômica e na hierarquia das ocupações, tem a marca do gênero. Como veremos a seguir, esta marca se mantém, apesar dos deslocamentos da força de trabalho, nos anos examinados.

O longo período analisado foi marcado por crises econômicas e momentos de expansão da economia, como mencionamos na primeira parte do texto. De 1985 a 1990, apesar das dificuldades, houve relativo crescimento. Mas em 1990, com o início do governo Collor e a instituição de um novo plano econômico, o país ingressou em mais um ciclo recessivo. A abrupta abertura do mercado nacional, associada ao quadro de incertezas na economia e na política, aceleraram o ritmo de introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais, principalmente no setor industrial, visando o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos nacionais, a fim de enfrentar a concorrência internacional. A queda do nível de emprego no setor industrial se expressou no deslocamento, para outros setores, dos trabalhadores de ambos os sexos, tanto no mercado global, quanto em seu segmento formalizado.

- **Mercado global**

Nos primeiros cinco anos do período analisado verifica-se, para homens e mulheres, relativa expansão da atividade industrial e da comercial, enquanto os trabalhadores começam a entrar no setor de serviços, tradicional reduto feminino (tabela 7). No período seguinte, a queda do nível de emprego no setor industrial se expressa no deslocamento, para outros setores, dos trabalhadores de ambos os sexos. Os efeitos perversos parecem ter incidido particularmente sobre as mulheres, pois enquanto a

ocupação masculina cai ligeiramente na indústria, a presença das mulheres nesse setor sofre declínio mais acentuado até chegar a 9,3% da força de trabalho feminina. A ampliação no setor agrícola (de 14% em 90 para 22,5% em 95) é provocada pelo alargamento do conceito de trabalho, que passou a captar com maior precisão a atividade econômica das mulheres no campo.

As trabalhadoras continuam tendo na prestação de serviços as maiores possibilidades de trabalho, embora estas tenham se reduzido no período (de 32% para 29,8%), cedendo lugar para os homens (de 8,9% para 12%). A área social vem a seguir, agregando 16% das possibilidades de ocupação feminina e registrando queda em relação a 85, e principalmente a 90. Segue-se o comércio de mercadorias, setor no qual tanto homens quanto mulheres tem ampliado suas chances de colocação. Apesar dos deslocamentos, ilustrados pelo gráfico 6, a presença das mulheres continua sendo marcante nos setores de serviços e social, além do agrícola, pelas razões metodológicas já mencionadas.

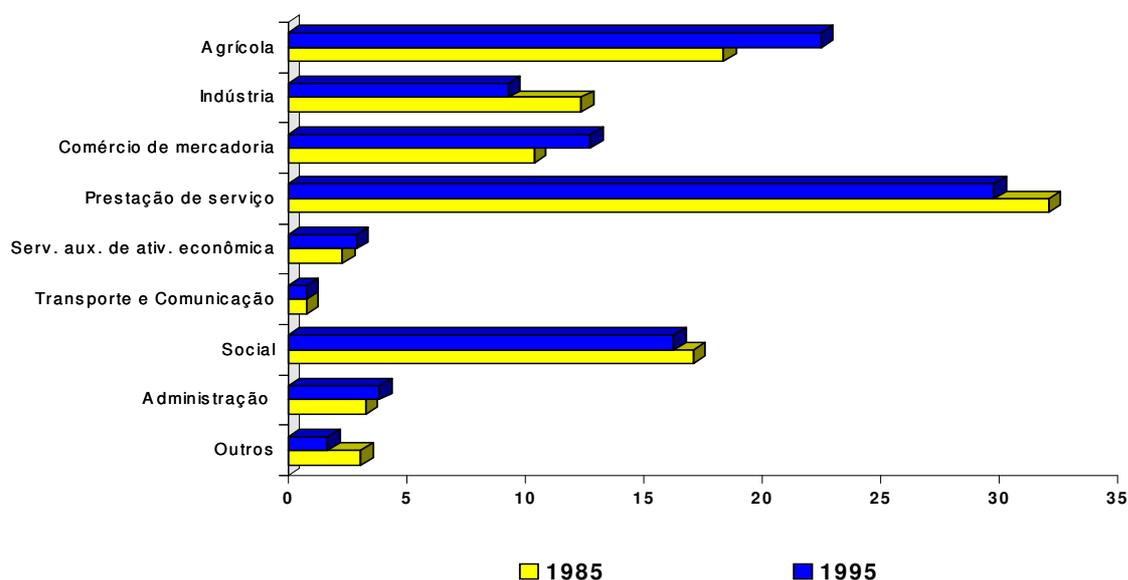
**Tabela 7**  
**Trabalhadores e trabalhadoras\* por setor de atividade**  
**Brasil**

SETORES DE ATIVIDADE	1985		1990		1995		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
<b>Agrícola</b>	23,6	18,4	28,1	14,0	28,4	22,5	
<b>Indústria</b>	27,0	12,4	29,1	13,7	26,4	9,3	
<b>Comércio de Mercadoria</b>	11,2	10,4	12,3	12,2	13,3	12,8	
<b>Prestação de Serviço</b>	8,9	32,1	10,4	30,9	12,0	29,8	
<b>Serv. Aux. de Ativ. Econômica</b>	2,9	2,3	3,3	3,0	3,5	2,9	
<b>Transporte e Comunicação</b>	5,0	0,8	5,2	1,0	5,6	0,8	
<b>Social</b>	3,2	17,1	3,3	18,6	3,6	16,3	
<b>Administração</b>	5,0	3,3	5,1	4,0	5,1	3,9	
<b>Outros</b>	3,4	3,1	3,0	2,7	2,1	1,7	
<b>Total</b>	<b>Milhões</b>	35,5	17,8	40,0	22,1	41,9	27,8
	<b>%</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE, PNADs 85 e 90 (tab. 3.18),

\* ocupados

**Gráfico 6**  
**Trabalhadoras e setor de atividade**



A distribuição dos trabalhadores de um e outro sexo, segundo os grupos ocupacionais, também mantém o padrão de gênero constatado em pesquisas anteriores, os homens ocupando mais a indústria e as mulheres os serviços. Nos anos analisados, as principais alterações dizem respeito ao contingente feminino, que sofre redução na indústria e ampliação nas atividades agrícolas, em razão da maior visibilização da presença feminina nessas atividades. Nas ocupações administrativas e nas técnicas e científicas, tradicionais redutos femininos, a redução foi significativa. Embora ainda abrigando cerca de um quarto das trabalhadoras, as ocupações ligadas à prestação de serviços também diminuíram o espaço delegado às mulheres.

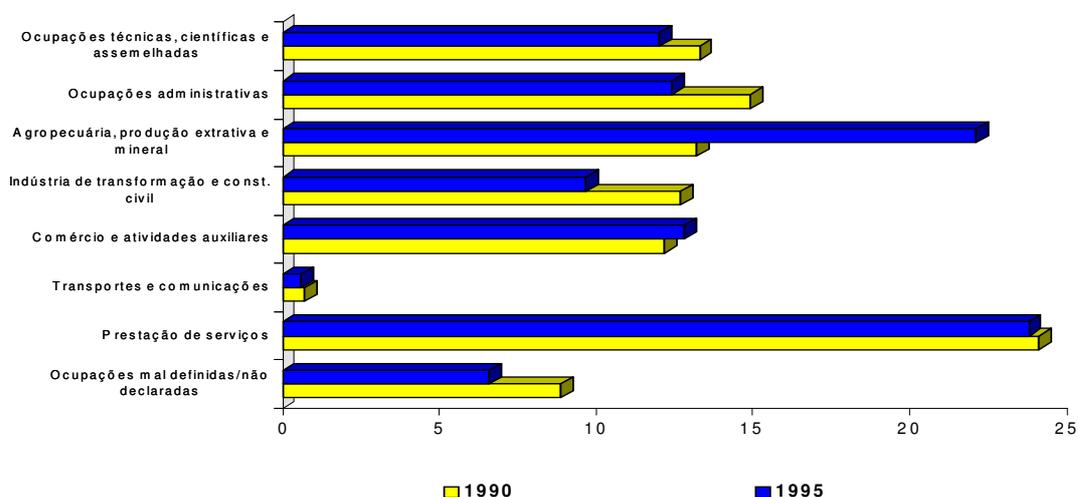
**Tabela 8**  
**Trabalhadores e trabalhadoras por grupos ocupacionais**  
**Brasil, 1990/1995**

GRUPOS OCUPACIONAIS	1990		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ocupações técnicas, científicas e assemelhadas	4,4	13,3	4,6	12,0
Ocupações administrativas	14,7	14,9	12,0	12,4
Agropecuária, produção extrativa e mineral	25,5	13,2	26,7	22,1
Indústria de transformação e constr. Civil	23,5	12,7	24,1	9,7
Comércio e atividades auxiliares	9,9	12,2	11,4	12,8
Transportes e comunicações	5,9	0,7	5,9	0,6
Prestação de serviços	2,6	24,1	2,5	23,8
Ocupações mal definidas/não declaradas	13,6	8,9	12,8	6,6
Total (milhões)	40,0	22,0	41,9	27,8
%	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE, PNADs 1990 (tabulações especiais), 1995 (tab. 4.26)

## Gráfico 7

### Trabalhadoras e grupos ocupacionais



#### • O mercado formal

Segundo dados oficiais do Ministério do Trabalho, as mulheres ocupavam, em 1992, 36% dos empregos formais, concentrados, principalmente, na administração pública, seguida pelos setores de serviços e indústria. Enquanto isso, o emprego formal masculino mostrava maior concentração na indústria e nos serviços.

**Tabela 9**  
**Distribuição de empregos masculinos e femininos no setor formal**  
**e setores de atividade econômica**  
**Brasil, 1988/1992**

SEXO E ANO	TOTAL	SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA								
		Extrat. Mineral	Indust. Transfor.	Const. Civil	Serviços Indust.	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec.	Outros
TOTAL										
1988	23.661.139	0.6	24.2	4.3	1.3	12.6	29.4	21.7	1.5	4.4
1992	22.292.110	0.5	20.8	3.9	1.5	11.7	27.8	20.6	1.7	11.6
MASCULINO										
1988	15.643.034	0.9	27.0	6.1	1.6	12.6	29.1	15.6	1.9	5.1
1992	14.296.572	0.7	23.8	5.6	2.0	12.0	27.4	14.5	2.2	11.8
FEMININO										
1988	8.018.105	0.1	18.8	0.7	0.6	12.5	30.0	33.6	0.7	3.0
1992	7.995.538	0.1	15.4	0.8	0.6	11.2	28.4	31.6	0.7	11.1

Fonte: RAIS, 1988 e 1992. (tab. I.1)

Na mesma data, a estrutura da distribuição dos empregos masculinos e femininos, segundo grupos ocupacionais, não se alterou. Um pouco menos de 1/4 dos homens trabalhavam nas indústrias do plástico e da construção civil, outros 10% estavam vinculados às indústrias mecânica, elétrica, da madeira e mobiliário e de calçados, cerca de 19% desempenhavam serviços administrativos e 12% eram trabalhadores em prestação de serviços. Quanto às mulheres, em 1992, 2/3 delas continuavam a exercer, basicamente, três grupos de ocupações: administrativas (31% das mulheres formalmente empregadas), professoras (17%) e ocupações do setor de serviços (16,3%).

**Tabela 10**  
**Distribuição dos empregos no setor formal, segundo grupos ocupacionais**  
**Brasil, 1988/1992**

GRUPOS OCUPACIONAIS	1988		1992	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0. Profissões, técnicas, científicas e artísticas	6,1	7,3	6,0	5,4
1. Professores	3,0	16,6	3,0	17,1
2. Funcionários públicos de nível superior, gerentes e diretores de empresas	2,5	3,2	3,1	3,7
3. Trabalhadores em serviços administrativos	17,7	29,7	18,5	30,9
4. Trabalhadores no comércio	6,1	6,6	6,6	6,7
5. Trabalhadores em prestação de serviços	9,6	12,0	11,5	16,3
6. Trab. Agropecuários, florestais etc	4,2	1,1	5,6	1,3
7. Trab. inds. Têxtil, vestuário e alimentação	7,1	7,4	6,9	6,3
8. Trab. inds. Mecânica, elétrica, mob. e calçado	10,9	3,1	10,1	2,6
9. Trab. inds. Plástico, constr. civil e condutores de veículos	24,3	6,0	22,6	6,2
10. Ocupações não declaradas e/ou mal definidas	8,6	7,0	6,0	3,4
Total (milhões)	15.643.034	8.018.105	14.296.572	7.995.538
	%	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTb, Anuário Estatístico RAIS - Brasil, 1988 e 1992, (tab. 1.13)

No período analisado, marcado pelo início de um processo de desregulamentação do mercado de trabalho e de deslocamento dos trabalhadores dos empregos formais para atividades informais, que prossegue até os dias atuais, o mercado formal sofreu uma retração da ordem de 5,8 %, resultando em uma perda absoluta de 1,3 milhões de postos de trabalho. Nesses anos, as perdas mais significativas ocorreram em postos de trabalho ocupados por homens, enquanto entre as mulheres as oportunidades de colocação no mercado formal decresceram apenas 0,3%, significando o

desaparecimento de pouco mais de 22 mil empregos, no conjunto dos postos formais de trabalho ocupados por mulheres.

As informações referentes ao mercado global e ao formal podem sugerir uma aparente contradição, pois os dados da Tabela 7 indicam perdas mais importantes no nível feminino de ocupação, quando comparado ao masculino, enquanto as informações da RAIS deixam claro que, no mercado formal, os maiores perdedores foram os homens. Entretanto, há que se considerar que as mulheres, cuja maior inserção se dá, tradicionalmente, no setor informal, parecem ter sido — segundo sugestão dos próprios dados — as que mais sofreram com a diminuição das oportunidades de colocação no mercado de trabalho. Isso porque o próprio tamanho do mercado informal parece estar se restringindo para elas, porque os homens, expulsos do formal, estão adentrando esse espaço.

**Tabela 11**  
**Postos de trabalho no mercado formal e variação no período 1988/1992**  
**Brasil**

Sexo/Anos	1988	1992	Diferença	
			NA	Variação no período
TOTAL	23.661.139	22.292.110	1.369.029	-5,8
HOMENS	15.643.034	14.296.572	1.346.462	-8,6
MULHERES	8.018.105	7.995.538	22.567	-0,3

Fonte: MTb, Anuário RAIS, 1988 e 1992, (tab. 1.12)

Mas a perda de empregos formais ocorreu de maneira diferenciada segundo os setores de atividade econômica, embora tenha atingido particularmente a indústria, setor no qual os homens perderam mais de um milhão de empregos (variação de -18%) e as mulheres mais de 260 mil (-16%). A perda de empregos femininos ocorreu também no comércio (-11%), nos serviços (- 5,6%) e na administração pública (- 6,4%).

**Tabela 12**  
**Perda de postos de trabalho no mercado formal no**  
**período 1988/1992 por setor de atividade e sexo**  
**Brasil**

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Variação no período		
	Total %	Homens %	Mulheres %
<b>Total</b>	-5,8	-8,6	-0,3
<b>Indústria</b>	-17,7	-18,0	-16,3
<b>Comércio</b>	-12,2	-13,0	-10,7
<b>Serviços</b>	-11,1	-14,0	-5,6
<b>Adm. Pública</b>	-10,4	-14,8	-6,4
<b>Agropecuária</b>	9,1	9,8	5,4

Fonte: MTb, Anuário RAIS, 1988 e 1992, (tab. I.1)

A perda de postos de trabalho nos setores mais dinâmicos e protegidos da economia, como a indústria, reflete-se no deslocamento da força de trabalho das grandes empresas para os pequenos estabelecimentos industriais, de prestação de serviços e, principalmente, no comércio, como revelam os dados da tabela seguinte. Neste processo destaca-se, como marca das desigualdades de gênero, o percentual mais elevado de empregos femininos, nos pequenos estabelecimentos comerciais, com menos de 5 empregados.

**Tabela 13**  
**Empregos segundo tamanho de estabelecimento e setor de atividade econômica**  
**Brasil**

SETORES ECONÔMICOS	Empregos segundo tamanho de estabelecimentos (%)											
	TOTAL (milhões)	1988					TOTAL (milhões)	1992				
		até 4	5 a 49	50 a 99	100 a 499	500 e mais		até 4	5 a 49	50 a 99	100 a 499	500 e mais
<b>Homens</b>												
<b>Indústria</b>	5.581.029	2,2	16,7	9,0	30,0	42,1	4.573.858	3,2	19,2	10,0	30,7	36,9
<b>Comércio</b>	1.976.373	16,2	50,9	11,7	16,8	4,3	1.720.004	18,1	53,3	10,8	14,5	3,3
<b>Serviços</b>	4.556.881	4,9	26,5	11,1	27,3	30,1	3.919.569	5,9	28,0	10,5	25,6	30,0
<b>Adm. Pública</b>	2.432.571	0,1	1,2	2,2	15,5	81,0	2.071.615	0,1	0,9	1,6	15,0	82,3
<b>Agropecuária</b>	290.816	2,7	22,8	11,4	27,6	35,4	319.444	6,1	26,6	11,4	24,2	31,6
<b>Total</b>	15.643.034	5,9	22,8	8,8	24,3	38,2	14.296.572	7,2	24,5	8,8	23,3	36,2
<b>Mulheres</b>												
<b>Indústria</b>	1.622.013	2,6	19,9	9,8	31,6	36,2	1.356.968	4,0	22,7	10,8	32,1	30,3
<b>Comércio</b>	1.000.606	18,2	49,2	11,2	16,9	4,5	893.156	23,2	52,5	9,4	12,2	2,8
<b>Serviços</b>	2.406.245	6,1	29,2	11,8	26,0	26,8	2.272.536	7,6	30,6	11,3	23,9	26,6
<b>Adm. Pública</b>	2.697.906	0,1	0,7	1,4	12,8	85,0	2.525.463	0,1	0,5	1,0	13,3	85,0
<b>Agropecuária</b>	54.113	1,8	16,2	10,5	30,8	40,7	57.021	7,1	20,1	10,6	27,1	35,2
<b>Total</b>	8.018.105	5,7	20,1	7,6	21,1	45,3	7.995.538	6,7	21,2	7,3	20,1	44,6

Fonte: MTb, RAIS 88 e 92, (tab. I.3)

A retração no emprego formalizado também atingiu diferentemente os homens e as mulheres, segundo os diversos grupos ocupacionais. Considerado o conjunto dos postos de trabalho, a perda atingiu, de forma mais expressiva, pela ordem, as profissões científicas, técnicas e artísticas, os trabalhadores nas indústrias mecânica, elétrica, da madeira e mobiliário e de calçados, os trabalhadores nas indústrias do plástico, construção civil e condutores de veículos, os trabalhadores nas indústrias têxtil e de confecção e de alimentos e os trabalhadores em serviços administrativos<sup>2</sup>. O recorte analítico de sexo esclarece esse quadro. Assim, a diminuição de empregos de caráter científico, técnico e artístico<sup>3</sup> atingiu particularmente as mulheres, representando o desaparecimento de ¼ dos postos de trabalho ocupados por elas em 1988, enquanto que, para os homens, o decréscimo nesse grupo foi da ordem de 10%. Nas ocupações do setor industrial, nas quais a presença feminina é numericamente inferior à masculina, com exceção dos trabalhadores das indústrias do plástico, construção civil e condutores de veículos, grupo ocupacional em que ocorreram cortes de cerca de 15% para os homens e aumento de 2% nas chances para mulheres, nos demais ramos, proporcionalmente, as mulheres saíram perdendo mais que os homens, inclusive nos ramos que tradicionalmente absorvem a mão de obra feminina, como no têxtil e confecções e alimentos (perda de quase 15% de empregos femininos e 10% de masculinos). O mesmo padrão, desfavorável às mulheres, repete-se em ramos industriais considerados mais dinâmicos, como a indústria mecânica e a elétrica, nos quais, além de encontrar um número significativamente menor de empregos do que os homens, as mulheres passam a ter sua presença ainda mais restringida devido à perda de 16% dos postos de trabalho.

O que compensou a queda no emprego feminino, refletindo-se nas perdas globais do segmento formal da economia, foi a expansão, superior a 1/3 em relação a 1988, das oportunidades de colocação em ocupações do setor de serviços e em profissões da

---

<sup>2</sup> A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) organiza a estrutura ocupacional, segmentando-a em vários níveis, sendo o mais agregado deles o dos Grandes Grupos. As categorias ocupacionais aqui discriminadas correspondem, respectivamente, aos Grandes Grupos de número 0, 8, 9, 7 e 3.

<sup>3</sup> Algumas das ocupações aqui incluídas são: engenheiros, químicos, desenhistas, biólogos, médicos, economistas, estatísticos, técnicos em administração.

administração pública, categoria que também inclui cargos de direção e gerência de empresas. Neste grupo, os postos de trabalho ocupados por mulheres cresceram 16%.

**Tabela 14**  
**Perda de postos de trabalho no período 1988/1992 segundo grupos ocupacionais e sexo**  
**Brasil**

GRUPOS OCUPACIONAIS	Variação no período		
	Total	Homens	Mulheres
	%	%	%
Total	-5,8	-8,6	-0,3
0. Profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhadas	-16,1	-10,1	-25,9
1. Professores	-0,1	-8,2	2,8
2. Funcionários públicos superiores, gerentes e diretores de empresa	14,9	13,9	16,3
3. Trabalhadores em serviços administrativos	-5,5	-4,4	3,9
4. Trabalhadores no comércio	0,3	-0,9	2,3
5. Trabalhadores em serviços	19,9	9,7	35,7
6. Trabalhadores agropecuários, florestais, pesca e assemelhados	20,7	21,9	12,2
7. Trabalhadores nas indústrias têxtil e de confecção e de alimentos	-12,0	-10,5	-14,7
8. Trabalhadores nas indústrias mecânica, elétrica, madeira e mobiliário e calçados	-14,8	-14,6	-16,3
9. Trabalhadores nas indústrias do plástico, construção civil, condutores de veículos	-13,3	-15,2	1,6

Fonte: MTb, Anuário Rais, 1988 e 1992, (tab. I.12)

Em suma, os movimentos ocorridos no mercado de trabalho brasileiro e em seu segmento formal indicam que os impactos da crise econômica dos primeiros anos desta década vem empurrando as trabalhadoras para fora da indústria e de alguns setores da economia tradicionalmente ocupados por elas como serviços e social, bem como diminuindo a presença feminina nas ocupações administrativas e nas técnicas e científicas, nas quais sua presença é mais marcante do que a masculina. No segmento formal, se é verdade que a perda total de empregos foi menos aguda para as mulheres do que para os homens, ela não deixou de ser significativa para o sexo feminino, que perdeu postos na indústria, no comércio, em serviços e na administração pública, os dois últimos, setores nos quais as mulheres sempre tiveram presença marcante, assim como nas ocupações científicas e assemelhadas, outro tradicional reduto feminino. Vejamos, a seguir, como esses movimentos se refletiram na qualidade do trabalho feminino.

### 3.4 A qualidade do trabalho feminino

A literatura referente ao trabalho feminino tem mostrado que, apesar das conquistas das últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam barreiras, ocupam os lugares menos privilegiados na economia, ganham menos do que os homens e tem condições de trabalho mais precárias. Alguns indicadores como posição na ocupação, rendimentos, horas trabalhadas, registro em carteira e contribuição à Previdência Social têm sido utilizados para mostrar a maior fragilidade do trabalho feminino em relação ao masculino (Abreu, Jorge e Sorj, 1994, Bruschini 1994b). Outros indicadores, como acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e acesso à capacitação não estão disponíveis nos levantamentos do IBGE ou do Ministério do Trabalho e apenas eventualmente podem ser encontrados em pesquisas qualitativas, uma vez que são temas ainda pouco explorados pela literatura sobre o trabalho feminino. Segundo algumas pesquisas recentes, a introdução de inovações tecnológicas nos processos de trabalho, em diversos setores econômicos, tem acentuado o ritmo de trabalho, levando ao aumento da incidência de doenças profissionais, como tendinites, LER/lesão por esforço repetitivo, *stress* e cansaço físico. Isto tem ocorrido, principalmente, nos trabalhos mais rotineiros e repetitivos, ocupados abundantemente por mulheres. Na indústria, particularmente nas linhas de montagem, tem se multiplicado o número de afastamentos por causa da LER. Pesquisa recentemente concluída em uma indústria de fabricação de lápis, no interior do Estado de São Paulo, revela que, de um total de 1051 operárias da área de produção, pelo menos 150 casos de afastamento por motivo de LER haviam sido notificados (Cunha, 1997). Também nos bancos, a facilitação ocorrida com a introdução da informática induz à maior rapidez no desempenho da função e à maior incidência de tendinite, *stress* físico e mental. Segnini (1997) relata que, na área bancária, as mulheres, muito mais do que os homens, têm sido vítimas da tenossinovite, “mal do digitador” ou lesão por esforço repetitivo/LER, doença que está sendo considerada acidente de trabalho informático. Entre os 408 funcionários afastados por LER, no banco estatal por ela pesquisado em 1993, 80% eram mulheres que ocupavam a função de escriturária e caixa. Se é verdade que essas doenças também ocorrem entre os trabalhadores, sua maior incidência entre as mulheres vem sendo atribuída não só às atividades repetitivas que elas realizam, mas também à

sobreposição dessas atividades às domésticas que são, igualmente, propícias ao surgimento desses males.

A nova metodologia adotada pelas PNADs desde 1992 tem como um de seus efeitos mais positivos conhecer com muito mais clareza a qualidade do trabalho realizado pelas mulheres, em comparação ao dos homens, seja pela introdução de novas categorias, como no caso da posição ocupada, seja pela apreensão do trabalho em relação a novos indicadores até então não utilizados, como o local em que é realizada a atividade. Infelizmente, a inexistência de dados comparáveis, para os anos anteriores, impede uma análise longitudinal, em vários desses casos.

Informações sobre a **posição ocupada** pelos trabalhadores revela que, embora quase 60% das mulheres sejam empregadas ou trabalhadoras por conta própria, como ocorre com 84% dos trabalhadores, um percentual expressivo de trabalhadoras (40%) e não de trabalhadores ocupa posições precárias no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas<sup>4</sup>, seja como não-remuneradas e como trabalhadoras para o autoconsumo.

**Tabela 15**  
**Ocupados e ocupadas segundo a posição na ocupação**  
**Brasil**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregados	58,6	42,7	57,4	41,9
Trabalhadores domésticos	0,7	16,6	0,8	17,2
Contas-Próprias	25,4	15,8	26,5	16,6
Empregadores	4,9	1,5	5,3	1,9
Não remunerados	8,6	13,5	8,0	13,1
Consumo próprio*	1,9	10,0	1,9	9,3
Total	40,6	26,0	41,9	27,8
	(milhões)			
	%	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1993 e 95, (tab. 4.19)

OBS.: Excluídos os sem declaração

Dados não desagregados por sexo para anos anteriores

\* Inclui consumo próprio e construção para o auto-consumo

<sup>4</sup> A categoria **trabalho doméstico** introduzida na PNAD a partir de 1992, refere-se ao emprego doméstico remunerado e não ao trabalho doméstico realizado pelas donas-de-casa, ainda computado como inatividade econômica.

Outra evidência da fragilidade do trabalho feminino, em comparação ao masculino, pode ser encontrada nas informações sobre o **local** no qual os trabalhadores desempenham suas atividades. Neste caso também, embora mais da metade das trabalhadoras, como ocorre com seus colegas, trabalhem em lojas, oficinas ou escritórios, um percentual considerável delas trabalha no próprio domicílio (quase 13%) ou no domicílio do patrão (quase 19%), cifras bem mais elevadas do que a dos trabalhadores que se encontram na mesma situação.

**Tabela 16**  
**Ocupados e ocupadas segundo o local de trabalho**  
**Brasil**

LOCAL DE ESTABELECIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL	1993		1995	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Fazenda, sítio, granja etc	27,6	15,4	26,3	14,2
Loja, galpão, oficina, escritório	57,0	51,7	56,9	52,1
Veículo	1,5	0,0	2,0	0,1
No domicílio em que moravam	2,0	13,7	2,1	12,7
Outro(s) domicílios	8,5	17,5	9,1	18,6
Via pública	2,5	1,7	2,8	2,1
Outro	0,5	0,2	0,9	0,3
TOTAL (milhões)	40,6	26,0	41,1	25,2
%	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 93 e 95 (tab. 4.20)

No primeiro caso, como se observa na tabela seguinte, a grande maioria é composta por autônomas (mais de 65%, em 1993), que trabalham por conta própria no domicílio, seja porque não conseguem emprego no mercado de trabalho, seja porque preferem a atividade domiciliar como estratégia conveniente para conciliar a atividade econômica com as domésticas. Na mesma situação, 23% são trabalhadoras domésticas que moram com a família para a qual trabalham e apenas 3,3% ocupam a posição de empregadas. Ao que tudo indica, contrariando parte da literatura sobre o trabalho feminino (Abreu e Sorj, 1993), enquanto o trabalho por conta própria ocupa parcela significativa das trabalhadoras domiciliares, o mesmo não ocorre com o trabalho subcontratado, que ocupa percentual muito pequeno das trabalhadoras domiciliares. O segundo caso, dos que trabalham no domicílio do patrão, é composto por uma

esmagadora maioria de trabalhadoras domésticas (mais de 92% das mulheres que trabalham nesse local ).

**Tabela 17**  
**Pessoas ocupadas segundo posição na ocupação e local de estabelecimento**  
**do trabalho principal**  
**Brasil, 1993**

LOCAL DE ESTABELECIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL	TOTAL (milhões)	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO					Total %
		Empregados %	Trabalhadores domésticos %	Contas próprias %	Empregadores %	Não remunerados %	
<b>MULHERES</b>	<b>23,4</b>	<b>47,4</b>	<b>18,4</b>	<b>17,6</b>	<b>1,7</b>	<b>14,9</b>	<b>100</b>
- loja, oficina, fábrica, escola, escritório, repartição pública, galpão, etc	12,1	85,2	--	6,4	2,6	5,7	100
- fazenda, sítio, chácara, granja, etc	3,6	16,0	--	13,9	1,0	69,0	100
- no domicílio em que moravam	3,2	3,3	23,0	65,3	0,7	7,6	100
- em outro domicílio (empregador, patrão, sócio ou freguês)	3,9	1,1	92,4	6,2	--	0,1	100
- em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	0,2	11,0	--	85,1	--	3,8	100
- em veículo automotor	0,01	22,8	--	42,3	2,9	31,9	100
- em via ou área pública	0,4	7,2	--	73,6	0,8	18,4	100
- outro	0,04	0,9	--	74,7	--	24,4	100
<b>HOMENS</b>	<b>39,8</b>	<b>59,7</b>	<b>0,7</b>	<b>25,9</b>	<b>5,0</b>	<b>8,7</b>	<b>100</b>
- loja, oficina, fábrica, escola, escritório, repartição pública, galpão, etc	22,7	80,1	--	11,7	5,9	2,4	100
- fazenda, sítio, chácara, granja, etc	11,0	38,8	--	32,8	4,5	24,0	100
- no domicílio em que moravam	0,8	5,2	5,8	73,9	2,6	12,5	100
- em outro domicílio (empregador, patrão, sócio ou freguês)	0,5	11,6	50,3	36,3	0,2	1,6	100
- em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	2,9	29,0	--	65,5	3,3	2,1	100
- em veículo automotor	0,6	24,8	--	69,0	3,2	3,1	100
- em via ou área pública	1,0	14,2	--	76,2	1,5	8,0	100
- outro	0,2	22,0	--	67,9	1,4	8,6	100

Fonte: FIBGE, PNAD 1993, (tab. 4.20)

Algumas características da ocupação feminina nesses **nichos mais desfavorecidos**, como é exibido no quadro a seguir, ilustram a precariedade de parcela expressiva da mão-de-obra feminina. Mais de 90% das empregadas domésticas trabalham no domicílio do patrão, como seria de esperar, mais da metade delas é muito jovem e mais de 80% não tem registro em carteira. Trata-se, sem dúvida, de um dos nichos mais desfavorecidos de trabalho, que abriga 17,2% da mão-de-obra feminina. Entre as não remuneradas, categoria que abriga mais de 22% das trabalhadoras, a esmagadora maioria trabalha no setor agrícola, predominam meninas e mulheres idosas, que não

tem nenhuma garantia ou proteção, visto que apenas 3% contribuem para a Previdência Social e, como trabalham no âmbito das famílias, não tem acesso a nenhum tipo de registro de trabalho.

**Quadro 1**  
**Nichos Femininos Mais Desfavorecidos**  
**Brasil, 1995**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Sexo		Algumas características da ocupação feminina
	Masculino	Feminino	
	%	%	
• TRABALHADORES DOMÉSTICOS	0,8	17,2	- 92% trabalham em outro domicílio e 23%, no domicílio - 58% trabalham no setor de prestação de serviços - 55% têm até 19 anos - 84% não tem carteira assinada
• NÃO REMUNERADOS E OCUPADOS EM ATIVIDADES PARA CONSUMO PRÓPRIO E/OU DE ALGUM MEMBRO DA FAMÍLIA	9,9	22,4	- 80% das que trabalham no setor agrícola (e apenas 29% dos homens) - predominam meninas entre 10 e 14 anos e mulheres com 60 e mais - apenas 3% das mulheres ocupadas nesse setor contribuem para o INSS

Fonte: FIBGE, PNAD 1995, tabs. 4.18, 4.19, 4.20, 4.21, 4.23

Não é só a precariedade que caracteriza o trabalho feminino, mas também a **segregação ocupacional** e a **discriminação salarial**. No que se refere à segregação, denunciada pelos estudos sobre o trabalho das mulheres desde os anos setenta (ver, por exemplo, Bruschini, 1979), é possível afirmar que os chamados *guetos femininos*, ocupações com mais de 50% de mulheres, permaneceram praticamente iguais no período 1988 a 1992<sup>5</sup>, segundo informações do Ministério do Trabalho. São eminentemente femininas — com percentagens variando entre 94% e 70% — as ocupações de costureira, professora de pré-escola e de 1º grau, secretária,

<sup>5</sup> Lamentavelmente, não há dados desagregados por ocupação nas PNADs e as informações do Censo Demográfico de 1991 referentes ao tema mão-de-obra, para o país como um todo, não foram publicadas.

telefonista/telegrafista, enfermeira de nível superior e pessoal de enfermagem em geral, recepcionista, lavadeira/tintureira, professora de 2º grau. Todas elas, de alguma forma, são ocupações que reproduzem atividades realizadas pelas mulheres na esfera reprodutiva, como cuidar, lavar, passar, cozinhar, ensinar. O leque mais estreito de oportunidades de trabalho e a segregação das mulheres em ocupações tradicionalmente femininas contribuem para a baixa qualidade do emprego feminino.

**Tabela 18**  
**Ocupações com maior representatividade de mulheres \***  
**Brasil, 1988/1992**

<b>Grupo ocupacional</b>	<b>1992</b> <b>%</b>	<b>1988</b> <b>%</b>
Costureiro	93,8	93,7
Professor pré-escola	93,6	--
Professor 1o. grau	89,0	89,6
Secretário	88,7	89,2
Telefonista/telegrafista	87,7	86,3
Enfermeiro**	86,6	--
Pessoal de enfermagem	85,5	84,3
Recepcionista	81,3	80,6
Lavadeiro/tintureiro	72,8	--
Professor 2o. grau	70,4	72,4
Datilografia/estenografia	--	67,9
Cozinheiro	68,4	65,9
Trabalhador serventia***	66,5	65,2
Auxiliar contabilidade/caixa	62,2	58,6
Trabalhador conservação edifícios	60,5	59,5
Agente administrativo	58,6	54,8
Funcionário público superior	58,3	63,0
Fiandeiro	57,7	59,1
Auxiliar de escritório	53,4	51,0
Trabalhador em calçados	49,9	49,2

Fonte: MTb, Anuário Rais, 1988 e 1992, tab. 1.12

\* Ocupações com mais de 50% de mulheres, ordenadas a partir de 1992

\*\* Nível superior

É verdade, por outro lado, que, como mostram algumas pesquisas, as mulheres também vem abrindo novos espaços de trabalho nas últimas décadas, como na área financeira e bancária, em postos de comando em empresas estatais (Segnini, 1994 e Puppini, 1994) e em algumas profissões de prestígio, como na magistratura (Junqueira, no prelo) e na medicina (Anuário RAIS, 1992). Também aumentaram a sua representatividade, como revela o quadro a seguir, em algumas ocupações científicas e de supervisão e chefia, como nas chefias financeira e administrativa, na supervisão de vendas, ocupações que apresentaram um acréscimo de 3 e 5 pontos percentuais na participação feminina entre 88 e 92.

**Quadro 2**  
**Algumas ocupações nas quais as mulheres aumentaram sua representatividade no período**

OCUPAÇÕES	1992	1988
• <i>Chefe intermediário financeiro</i>	34,6	29,4
• <i>Médico</i>	34,2	29,3
• <i>Técnico biologia agronomia</i>	32,9	—
• <i>Supervisor de vendas</i>	31,5	28,4
• <i>Chefe intermediário administrativo</i>	30,3	25,8

Fonte: MTb, Anuário RAIS, 1988 e 1992, (tab. 1.12)

A segregação ocupacional é responsável pela preservação de uma característica identificada como feminina, a não competição, que contribuí para a manutenção da hierarquia entre os sexos. Mas talvez seu efeito mais perverso seja aquele que acarreta sobre os rendimentos das trabalhadoras. Como a demanda de mão-de-obra feminina é pouco diversificada e a oferta de trabalhadoras é ampla e está em expansão, não é de admirar que essa relação entre oferta e procura provoque achatamento salarial sobre a força de trabalho feminina. Como veremos a seguir, os baixos rendimentos obtidos pelas trabalhadoras e as desigualdades entre os sexos são alguns dos mais marcantes indicadores da má qualidade do trabalho feminino

No período analisado, essas duas características — baixos rendimentos e desigualdades de gênero — não sofreram qualquer alteração. É importante assinalar, contudo, que houve algum progresso no sentido da diminuição da concentração de trabalhadores nas faixas mais baixas de renda, entre 1985 e 1995. Os resultados mais positivos, porém, ocorreram no período 85-90, em que aumentaram os percentuais de trabalhadores de ambos os sexos nas faixas superiores a 2 salários mínimos, ao que se seguiu, no período posterior, nova queda. Nenhum desses movimentos, no entanto, foi suficiente para eliminar as desigualdades de rendimento entre os sexos. Como demonstra a tabela 19, ainda que a parcela da população ocupada que auferia até 2

salários-mínimos (SM)<sup>6</sup> mensais tenha decrescido no período, em 95 ainda é substantivamente maior o número de mulheres que se enquadram nessa faixa de rendimentos (36,5% dos homens e 45% das mulheres). Ressalte-se que em 95 ¼ das ocupadas ainda recebia apenas 1 SM como rendimento mensal pelo seu trabalho (em comparação a apenas 16% dos homens). É importante assinalar também que, em 95, aumentou em quase 10 pontos percentuais (de 15,5% para 24%) a parcela de mulheres que declararam trabalhar sem nenhum rendimento. Muito provavelmente, parte desse aumento deve-se à ampliação do conceito de trabalho a partir de 1992, quando passaram a ser consideradas ocupadas aquelas pessoas, majoritariamente mulheres, que trabalhavam, no mínimo, uma hora por semana, mesmo que desenvolvessem atividades de produção e construção destinadas à manutenção da própria subsistência ou da subsistência do seu grupo familiar.

**Tabela 19**  
**Trabalhadores e trabalhadoras segundo faixas de rendimento médio mensal**  
**Brasil, 1985/1990/1995**

CLASSES DE RENDIMENTO	1985		1990		1995	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
até 1 s. m.	23,1	41,0	17,5	29,3	16,4	26,0
mais de 1 a 2 s.m.	24,4	20,4	19,7	20,9	20,1	19,1
mais de 2 a 5 s.m.	25,2	15,5	28,4	22,0	27,5	18,6
mais de 5 a 10 s.m.	9,9	5,0	13,2	8,4	12,1	7,1
mais de 10 s.m.	6,7	2,4	10,5	5,5	9,3	4,2
sem rendimento	10,3	15,5	10,0	13,3	13,3	24,1
sem declaração	0,4	0,3	0,8	0,6	1,4	0,9
Total (milhões)	36,7	18,5	41,6	22,9	44,2	29,9
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE. PNADs 85 e 90 (tab 3.5); 95 (tab 4.6)

A distribuição dos rendimentos segundo o sexo e os setores de atividade econômica (tabela 20) vem demonstrar que nada menos que 82% das mulheres ocupadas no setor agrícola não recebiam qualquer rendimento pelo seu trabalho, enquanto que os homens nas mesmas condições representavam pouco mais de ¼ dos ocupados naquele setor. A tendência das mulheres serem pior remuneradas, qualquer que seja o setor econômico no qual trabalham, já tem sido bastante evidenciada e comentada pela literatura. Os dados levantados para este trabalho revelam que não houve mudanças.

<sup>6</sup> O salário-mínimo de novembro de 1997 corresponde a R\$ 120,00.

Na indústria, setor econômico no qual as relações de trabalho costumam ser as mais formalizadas, 49% das mulheres e cerca de 33% dos homens ganham até 2 SM. No comércio são 47% das mulheres e 38% dos homens que se enquadram nessa faixa de rendimentos. No setor serviços, a parcela das mulheres que ganham até R\$ 240,00 por mês atinge a absurda proporção de 78% , enquanto 43% dos homens estão nessa situação. Mesmo no setor social, no qual se situam atividades tipicamente femininas como o magistério e a enfermagem, a balança pende a favor dos homens: 29% deles ganham até 2 SM, em comparação a 45% das mulheres ali ocupadas. Nas atividades da administração pública, outro reduto feminino, a mesma desigualdade se manifesta: 38% das mulheres que ali trabalham se enquadram nessa faixa de rendimentos, e apenas 29% dos homens.

**Tabela 20**  
**Rendimento dos ocupados e ocupadas segundo setores de atividade**  
**Brasil, 1995**

SEXO E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Classes de rendimento mensal (salários mínimos)							
	Total		até 2 SM	mais de 2 a 5 SM	mais de 5 a 10 SM	mais de 10 SM	sem rendimento	sem declaração
	(milhões)	%						
<b>HOMENS</b>	<b>41.863.309</b>	<b>100</b>	<b>40</b>	<b>28,1</b>	<b>12</b>	<b>8,3</b>	<b>10,3</b>	<b>1,2</b>
Agrícola	11.907.665	100	55	11,2	2,6	1,7	27,9	1,5
Indústria	11.055.803	100	33,4	38,4	14,7	8,7	3	0,9
Comércio de Mercadorias	5.552.828	100	38,4	31,5	13,3	9,9	5,7	1,1
Prestação de Serviços	5.023.234	100	42,5	34,1	12,6	5,1	4,8	0,9
Serv. Auxil. da ativ. econômica	1.468.001	100	23,7	25,8	19,6	27,5	1,1	2,4
Transporte e comunicações	2.327.137	100	22,2	44,7	20,9	10,6	0,9	0,8
Social	1.516.906	100	28,9	28,5	19,4	19,6	2,3	1,4
Administração pública	2.140.046	100	28,9	34,8	19,8	15,3	0,2	1
Outras ativid., ativid. mal definidas ou não declaradas	871.689	100	26,5	17,3	24,1	28,9	0,6	2,5
<b>MULHERES</b>	<b>27.765.299</b>	<b>100</b>	<b>47,9</b>	<b>18,5</b>	<b>6,6</b>	<b>3,5</b>	<b>22,7</b>	<b>0,8</b>
Agrícola	6.246.577	100	16	1,2	0,2	0,1	81,9	0,6
Indústria	2.584.601	100	49,1	30,7	7,5	4,5	7,2	1
Comércio de Mercadorias	3.563.812	100	47,4	25,8	7,9	3,5	14,2	1,1
Prestação de Serviços	8.283.126	100	77,9	13,7	2,5	0,8	4,5	0,6
Serv. auxil. da ativ. econômica	812.032	100	34,3	29,2	18,1	12,2	3,7	2,3
Transporte e comunicações	215.653	100	26,7	36,7	20,9	11,9	2,5	1,2
Social	4.527.094	100	45,2	32,8	13,5	6,2	1,5	0,7
Administração pública	1.070.120	100	37,7	27,5	19,3	13,9	0,2	1,5
Outras ativid., ativid. mal definidas ou não declaradas	462.284	100	19,6	27,2	26,8	22,2	1,5	2,6

Fonte: FIBGE, PNAD 1995, (tab. 4.18)

Argumenta-se que existiriam algumas razões pelas quais as mulheres receberiam remunerações mais baixas do que os homens. Uma delas residiria no menor número

de horas por elas trabalhadas, quando comparadas aos homens. Esse argumento é facilmente derrubado pelos indícios trazidos pela tabela 21. Na faixa de 40 a 44 horas semanais, que corresponde ao período regular de trabalho no setor formal da economia, 46% das mulheres e 39% dos homens ganham até 2 SM, o que demonstra mais uma vez a desigualdade de remuneração feminina frente aos homens. Na faixa de 15 a 39 horas, na qual estaria incluído o trabalho em tempo parcial ou *meio período*, a desigualdade permanece: quase metade das mulheres que trabalham por esse período de tempo ganhavam até 2 SM em 1995 e apenas 40% dos homens. A tabela indica ainda que parcela significativa das pessoas de ambos os sexos que trabalham até 14 horas semanais tende a fazê-lo sem remuneração. Note-se, entretanto, que o contingente de mulheres classificado nesta categoria é três vezes maior que o dos homens (3,4 milhões de mulheres e 1,0 milhão de homens) e que 2/3 delas trabalham sem remuneração.

**Tabela 21**  
**Rendimento dos ocupados e ocupadas, segundo grupos de horas semanais trabalhadas**  
**Brasil, 1995**

Grupos de horas semanais trabalhadas no trabalho principal	Total		CLASSES DE RENDIMENTO					
	milhões	%	até 2 SM	mais de 2 a 5 SM	mais de 5 a 10 SM	mais de 10 SM	sem rendimento	sem declaração
<b>HOMENS</b>	<b>41.863.309</b>	<b>100,0</b>	<b>40,2</b>	<b>28,1</b>	<b>12,0</b>	<b>8,3</b>	<b>10,3</b>	<b>1,2</b>
até 14 horas	1.001.056	100,0	31,5	8,5	3,0	2,7	52,5	1,7
15 a 39 horas	6.546.326	100,0	39,9	14,2	7,2	5,6	31,7	1,4
40 a 44 horas	14.882.407	100,0	39,3	30,5	13,7	10,1	5,3	1,2
45 a 48 horas	8.774.228	100,0	44,5	33,3	11,5	5,7	4,1	0,9
49 ou mais horas	10.645.768	100,0	38,3	31,1	13,8	10,4	5,2	1,3
<b>MULHERES</b>	<b>27.765.299</b>	<b>100,0</b>	<b>47,9</b>	<b>18,5</b>	<b>6,6</b>	<b>3,5</b>	<b>22,7</b>	<b>0,8</b>
até 14 horas	3.414.902	100,0	29,4	2,5	0,7	0,4	66,3	0,7
15 a 39 horas	9.620.116	100,0	48,2	15,0	4,9	2,5	28,5	0,9
40 a 44 horas	7.760.331	100,0	46,2	28,2	11,8	6,2	6,7	0,9
45 a 48 horas	3.273.359	100,0	59,5	24,7	5,5	2,5	7,2	0,6
49 ou mais horas	3.689.793	100,0	57,6	16,7	6,4	4,2	14,3	0,8

Fonte: FIBGE, PNAD 1995, (tab. 4.27)

Um outro motivo aventado para justificar o diferencial de remuneração feminina seria o tipo de vínculo de trabalho, ou posição na ocupação. Nota-se, contudo, que essa argumentação também não encontra sustentação nos dados, conforme esclarece a tabela 22. Os patamares de rendimento feminino são sempre inferiores, sejam as mulheres empregadas, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras por conta-própria ou empregadoras. Entre os trabalhadores domésticos categoria na qual a mulher é

maioria, se 80% dos homens — um contingente de apenas 300 mil trabalhadores — ganham até 2 SM, entre as trabalhadoras domésticas — 4,7 milhões — a proporção atinge 90%. Entre os trabalhadores por conta-própria a disparidade permanece: 70% delas e 50% deles se enquadram naquela faixa de renda. Nas categorias empregados e empregadores o rendimento feminino se aproxima mais do masculino -17% das empregadas e 20% dos empregados tem rendimentos superiores a 5 SM. O universo dos empregadores, contudo, é eminentemente masculino pois, de um total de 2,6 milhões, apenas 500 mil eram do sexo feminino em 1995.

**Tabela 22**  
**Ocupados e ocupadas com rendimento no trabalho principal,**  
**segundo a posição na ocupação**  
**Brasil, 1995**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL	1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>EMPREGADOS</b> (milhões)	<b>23,7</b>	<b>11,1</b>	<b>23,8</b>	<b>11,5</b>
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	56,5	62,8	45,7	50,5
mais de 2 a 5 salários mínimos	28,2	25,5	33,9	32,3
mais de 5 salários mínimos	14,6	11,0	20,5	17,2
sem declaração	0,7	0,6	--	--
<b>TRABALHADORES DOMÉSTICOS</b> (milhões)	<b>0,29</b>	<b>4,2</b>	<b>0,30</b>	<b>4,7</b>
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	89,4	96,6	79,5	90,4
mais de 2 a 5 salários mínimos	9,5	2,8	17,3	8,9
mais de 5 salários mínimos	0,3	0,1	3,2	0,6
sem declaração	0,8	0,6	--	--
<b>CONTAS-PRÓPRIAS</b> (milhões)	<b>10,2</b>	<b>4,1</b>	<b>10,8</b>	<b>4,5</b>
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	53,3	74,9	50,4	70,1
mais de 2 a 5 salários mínimos	28,9	15,5	29,6	19,5
mais de 5 salários mínimos	14,7	6,9	20,0	10,3
sem declaração	3,4	2,8	--	--
<b>EMPREGADORES</b> (milhões)	<b>2,0</b>	<b>0,4</b>	<b>2,1</b>	<b>0,5</b>
%	100,0	100,0	100,0	100,0
até 2 salários mínimos	13,4	18,9	9,7	10,5
mais de 2 a 5 salários mínimos	26,8	33,9	22,0	24,8
mais de 5 salários mínimos	57,6	43,7	68,4	64,6
sem declaração	2,3	3,4	--	--

Fonte: FIBGE, PNAD 1993 e 1995, (tab. 4.22)

Obs.: Os totais não incluem "sem rendimento"

Uma terceira linha de argumentação tenta encontrar motivos para a desigualdade de ganhos no fato de a mulher não estar devidamente preparada para o desempenho de funções de maior qualificação. Certamente, os que defendem esta tese desconhecem o

fato, já demonstrado neste texto, de que as trabalhadoras dispõem de credenciais de escolaridade superiores às de seus colegas, o que não evita a permanência da defasagem de ganhos entre os sexos. A origem das desigualdades salariais entre os sexos também não reside no número de anos de estudo. Ao contrário, como os dados contidos na tabela 23 deixam claro, homens e mulheres com igual escolaridade obtêm rendimentos diferentes. Enquanto metade dos trabalhadores com 11 a 14 anos de estudo ganham mais de 5 salários, apenas 23,5% das trabalhadoras, nas mesmas condições, o fazem. Essa disparidade torna-se mais aguda entre as pessoas de maior escolaridade: se 2/3 dos homens com 15 anos e mais de estudo ganham mais de 10 salários-mínimos, apenas 1/3 das mulheres com o mesmo nível de escolaridade têm rendimentos equivalentes.

**Tabela 23**  
**Ocupados e ocupadas segundo anos de estudo e classes de rendimento**  
**Brasil, 1995**

ANOS DE ESTUDO E SEXO	Total		CLASSES DE RENDIMENTO					
	milhões	%	até 2 sm	mais de 2 a 5 SM	mais de 5 a 10 SM	mais de 10 SM	sem rendimento	sem declaração
<b>HOMENS</b>	<b>41.863.309</b>	<b>100,0</b>	<b>39,3</b>	<b>28,2</b>	<b>12,2</b>	<b>8,8</b>	<b>10,1</b>	<b>1,4</b>
sem instrução/menos de 1ano	6.975.099	100,0	65,1	14,6	2,7	0,8	15,2	1,7
1 a 3 anos	8.026.835	100,0	50,1	24,4	5,3	1,8	17,2	1,2
4 a 7 anos	14.110.808	100,0	39,8	34,6	11,3	3,8	9,5	0,8
8 a 10 anos	5.439.941	100,0	27,8	39,2	18,2	8,3	5,4	1,0
11 a 14 anos	5.157.903	100,0	13,1	31,7	28,6	22,3	2,5	1,8
15 anos e mais	2.081.584	100,0	2,1	7,9	19,6	65,1	0,9	4,5
<b>MULHERES</b>	<b>27.765.299</b>	<b>100,0</b>	<b>47,3</b>	<b>18,4</b>	<b>7,0</b>	<b>3,9</b>	<b>22,5</b>	<b>0,9</b>
sem instrução/menos de 1ano	3.807.176	100,0	49,2	4,1	0,5	0,1	45,2	0,9
1 a 3 anos	4.673.756	100,0	53,0	7,5	0,7	0,2	38,1	0,6
4 a 7 anos	8.745.125	100,0	57,9	14,8	2,3	0,6	23,9	0,5
8 a 10 anos	3.575.235	100,0	53,4	27,2	6,4	1,5	10,7	0,9
11 a 14 anos	5.029.047	100,0	33,1	37,2	16,8	6,7	5,0	1,2
15 anos e mais	1.881.611	100,0	5,9	23,5	32,8	33,4	1,4	3,0

Fonte: FIBGE, PNAD 1995, (tab. 4.10)

Obs.: Excluídos não determinados e sem declaração

Ainda que a segregação ocupacional por sexo contribua para o achatamento dos salários femininos, como comentamos anteriormente, o argumento de que o tipo de ocupação comumente desempenhado pelas mulheres seria o responsável pela

desigualdade de renda entre os sexos também não apresenta consistência, pois mesmo nos guetos femininos a remuneração média mensal mostra, na maioria dos casos, vantagens para os homens. Alguns exemplos contidos na tabela 24 falam por si: em 1992, os telefonistas e telegrafistas do sexo masculino ganhavam 7,1 salários-mínimos e os do sexo feminino, apenas 4,2. Na mesma data, a média salarial dos auxiliares de contabilidade e caixas era de 7,2 SM para os homens e de 4,3 SM para as mulheres e enquanto as funcionárias públicas de nível superior ganhavam em média, 6,1 SM, seus colegas ganhavam 9,1 SM. No período considerado, não houve alteração nesse padrão desigual de remuneração, o que é ainda mais grave.

**Tabela 24**  
**Desigualdades salariais entre os sexos em ocupações femininas no mercado formal**  
**Brasil, 1988/92**

OCUPAÇÃO	Média dos rendimentos mensais (em salários mínimos)			
	1992		1988	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Costureiro(a)	2,3	2,1	2,1	1,8
Professor(a) Pré-escola	3,4	3,7	--	--
Professor(a) 1º Grau	4,1	3,7	3,4	3,0
Secretário(a)	5,6	5,7	4,6	5,0
Telefonista/telegrafista	7,1	4,2	5,9	3,4
Enfermeiro(a)	6,3	6,0	--	--
Pessoal de enfermagem	3,8	3,4	3,4	2,9
Recepcionista	3,6	2,8	3,2	2,4
Lavadeiro(a)/Tintureiro(a)	2,5	2,1	--	--
Professor(a) 2º Grau	4,6	4,7	4,9	4,3
Datilógrafo(a)/Estenógrafo(a)	--	--	3,7	3,3
Cozinheiro(a)	3,1	2,1	2,6	1,6
Trabalhador(a) serventia	2,5	2,1	2,1	1,6
Auxiliar contabilidade/caixa	7,2	4,3	6,6	3,8
Trabalhador(a) conserv. edif.	2,4	1,8	1,9	1,5
Agente administrativo	6,2	4,7	6,1	5,0
Funcionário(a) público superior	9,1	6,1	7,1	4,7
Fiandeiro(a)	4,1	2,8	3,3	2,3
Auxiliar de escritório	6,3	4,9	5,0	3,9
Trabalhador de calçados	2,9	2,3	--	--

Fonte: MTb, RAIS - Anuários 1988 e 1992, (tab. 1.13)

Portanto, a discriminação contra as mulheres, em relação aos ganhos obtidos no mercado de trabalho, não é devida nem aos setores econômicos nos quais se inserem, nem ao número de horas trabalhadas, nem ao tipo de posição ou vínculo que elas têm com o trabalho, nem às ocupações comumente desempenhadas e nem ao seu nível de escolaridade. Mesmo aquelas mulheres que conseguem ascender na estrutura hierárquica das empresas, assumindo posições de maior responsabilidade e de maiores ganhos estão sujeitas a ganhar menos que seus colegas, o que vem confirmar que as

relações de gênero perpassam todo mercado de trabalho, determinando posições desiguais entre os sexos e hierarquicamente inferiores para as trabalhadoras.

- **Regulação do emprego e proteção social**

Entre os indicadores da qualidade do trabalho, o número de horas trabalhadas, o registro em carteira, o tempo de permanência no emprego e a contribuição à Previdência Social são alguns dos mais importantes e a respeito dos quais dispomos de dados. Veremos a seguir como se comporta o trabalho feminino em relação a essas questões.

O emprego em tempo parcial tem sido uma estratégia muito utilizada nos países da Europa para o enfrentamento do problema do desemprego e, ainda que no Brasil não exista uma política explícita nessa direção, no período analisado, mas principalmente nos cinco primeiros anos desta década, verificou-se um aumento significativo na proporção de pessoas que trabalham até 39 horas semanais. A adesão a um menor período de trabalho semanal é muito mais expressiva entre as mulheres e teve um crescimento da ordem de 10% na década em análise, passando de 37% para 47% a parcela das ocupadas até 39 horas semanais. É preciso reiterar que esta última cifra pode estar superestimada pela maior abrangência do quesito trabalho nos levantamentos domiciliares a partir de 92, como mencionamos várias vezes neste texto. Mas, mesmo nos detendo nas informações dos anos anteriores, é fácil perceber que uma parcela considerável das trabalhadoras (37% em 85 e 39% em 90) tinha jornada parcial de trabalho, ao mesmo tempo que menos da metade das trabalhadoras, nessas datas, trabalhava a jornada regulamentar de 40 a 48 horas. É possível que muitas trabalhadoras tenham como opção a jornada parcial como estratégia de conciliação com as tarefas domésticas. Mas, pode ser também que muitas mulheres simplesmente não consigam ter acesso aos melhores empregos, que são os de tempo integral, protegidos pela legislação trabalhista e ganhando bons salários. Como veremos a seguir, é isto o que efetivamente ocorre.

**Tabela 25**  
**Ocupados e ocupadas segundo o número de horas trabalhadas por semana**  
**no trabalho principal**  
**Brasil 1985/1990/1995**

SEXO E ANOS	Total		até 39 horas	40 a 48 horas	49 e mais	sem declaração
	(N)	%				
<b>TOTAL</b>						
1985	53.236.936	100,0	20,1	52,5	27,3	0,1
1990	62.100.499	100,0	22,7	55,0	22,3	--
1995	69.628.608	100,0	29,6	49,8	20,6	--
<b>HOMENS</b>						
1985	35.462.932	100,0	11,9	56,7	31,4	0,1
1990	40.017.504	100,0	13,9	59,6	26,5	--
1995	41.863.309	100,0	18	56,4	25,4	--
<b>MULHERES</b>						
1985	17.774.004	100,0	36,6	44,3	19,1	0,1
1990	22.082.995	100,0	38,7	46,6	14,6	--
1995	27.765.299	100,0	46,9	39,7	13,3	--

Fonte: FIBGE, PNADs 85 e 90 (tab. 3.11), 95 (tab. 4.27)

A posse de carteira assinada pelo empregador é um dos principais indicadores de formalização do emprego e também de regulação do trabalho, na medida em que o trabalhador que possui esse registro está menos exposto às possíveis arbitrariedades dos empregadores quanto a nível salarial e gozo de direitos trabalhistas adquiridos pela legislação.

### • A legislação trabalhista de 1943 e a Constituição de 1988

Datada dos anos quarenta, a legislação trabalhista brasileira (CLT/Consolidação das Leis Trabalhistas) garante aos trabalhadores com vínculo formal no emprego, ou registrados em carteira, inúmeros direitos. A Constituição de 1988 ratificou a maior parte desses direitos, modificou alguns e incluiu outros. Atualmente, de acordo com seu Capítulo II, Dos Direitos Sociais, são direitos dos trabalhadores: proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa, seguro-desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço, salário mínimo, irredutibilidade do salário, décimo terceiro salário, com base na remuneração integral, jornada diária de 8 horas, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas com 1/3 a mais do que o salário normal, aviso-prévio de pelo menos um mês, em caso de demissão, redução de riscos no trabalho, por meio de normas de higiene, segurança e saúde, seguro contra acidentes de

trabalho, aposentadoria, reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho e outros.

Em relação às trabalhadoras, a CLT adotou, desde sua formulação, uma posição protecionista. Baseada em princípios como a fragilidade feminina, a defesa da moralidade, a proteção à prole, a *natural* vocação da mulher para o lar e o caráter complementar do salário feminino, fundamentou-se em um ideal de família patriarcal encabeçada pelo homem e teve por objetivo proteger a trabalhadora em seu papel de mãe. Impôs, com isso, uma série de restrições ao trabalho feminino. A revisão crítica dos direitos das trabalhadoras foi um dos itens da agenda das feministas desde os anos 70 e culminou nos anos 80, com a elaboração, por vários grupos de mulheres, de reivindicações para a Constituição de 1988, muitas delas atendidas. De um lado, eliminou-se certo protecionismo, que impunha restrições ao trabalho feminino, como a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre, que passou a ser vetado a todos os menores de 18 anos. De outro, assumindo as diferenças biológicas entre os sexos e entendendo a maternidade como função social, a nova Carta mantém a licença-gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, estendendo-a para 120 dias, cria a licença-paternidade e propõe assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores de ambos os sexos, desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas. A Constituição proíbe diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil ; propõe a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos e assegura aos trabalhadores domésticos quase todos os direitos válidos para os demais trabalhadores, bem como sua integração à Previdência Social. (Constituição da República....1988, artigo 7º, Cap.II; Bruschini, 1994a).

O vínculo formal de emprego garante, portanto, aos trabalhadores de ambos os sexos, inúmeros direitos sociais, definindo para eles o que são os melhores empregos<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> No plano político atual, no contexto das reformas constitucionais defendidas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, está em jogo a manutenção desses direitos sociais. Argumenta-se que tais direitos constituem encargos que oneram a mão-de-obra, contribuindo para sua expulsão do mercado formal de trabalho e para o

No Brasil, o tamanho do mercado protegido pelas leis trabalhistas tem oscilado em torno de 55% e 56% do mercado global, com agudas disparidades regionais (Bruschini, 1995b). As informações obtidas por meio da RAIS, do Ministério do Trabalho, revelam um outro ângulo do trabalho regulamentado, o número de postos de trabalho no segmento formal da economia. Como vimos anteriormente, esses bons empregos estão sendo, sistematicamente, perdidos pelos trabalhadores. Os dados expostos na tabela seguinte, referentes ao mercado global, revelam duas tendências: a primeira delas, a de que a parcela de empregos formalizados, ou seja, com carteira assinada, aumentou nos últimos anos da década anterior, mas sofreu declínio acentuado a partir de 1990, sinal evidente da precarização da força de trabalho e da desregulamentação do mercado nos anos noventa. A outra tendência é aquela evidenciada pelos diferenciais entre os sexos. Mais uma vez, os dados evidenciam a mais baixa qualidade do trabalho feminino, em comparação ao masculino. Mesmo quando o mercado de trabalho mostra sinais positivos para os trabalhadores, como o maior índice de formalização em 1990, as mulheres, com uma proporção de 55% de empregadas com carteira assinada, ficam aquém dos trabalhadores, entre os quais o assalariamento registrado atinge 61%.

**Tabela 26**  
**Empregados e empregadas com carteira assinada**  
**Brasil 1985/1990/1995**

SEXO E TIPO DE VÍNCULO	1985	1990	1995	Proporção de empregados com carteira		
				1985	1990	1995
	NA			%		
<b>Total empregados</b>	34.387.739	40.175.322	35.665.946	—		—
<b>- com carteira assinada</b>	19.443.812	23.629.126	19.664.844	56,5	58,8	55,1
<b>Homens empregados</b>	22.544.543	25.440.302	24.044.638	—		—
<b>- com carteira assinada</b>	13.395.882	15.507.066	13.369.487	59,4	61,0	55,6
<b>Mulheres empregadas</b>	11.843.196	14.735.020	11.621.308	—		—
<b>- com carteira assinada</b>	6.047.930	8.122.060	6.295.357	51,1	55,1	54,2

Fonte: FIBGE, PNAD 85 e 90 (tab. 3.22), 95 (tab. 4.30)

---

desemprego. Os defensores desse argumento sugerem, por isso, a adoção de formas mais flexíveis de trabalho, como o assalariamento sem carteira, o contrato temporário e outros.

No segmento formal do mercado de trabalho, no qual a proteção legal atinge a maioria dos trabalhadores, as mulheres também ficam atrás dos homens. Em 1992, cerca de 84% dos empregos masculinos e 72% dos femininos eram regidos pela CLT. Em contrapartida, o percentual de empregos femininos regidos pelo estatuto do funcionalismo público (categoria **estatutários**, na tabela 27) é muito mais expressivo do que o de masculinos. Além disso, aumentou consideravelmente de 1988 para 1992. Em trabalho anterior, realizado com estatísticas referentes ao período 1970 a 1985, mostramos que a expansão do emprego feminino no funcionalismo público foi marcante a partir dos primeiros anos da década de oitenta, muito mais no Nordeste, região menos desenvolvida do país, do que no Sudeste, mais desenvolvido e com maior peso do setor privado na economia (Bruschini, 1989).

**Tabela 27**  
*Distribuição dos empregos masculinos e femininos no setor formal, segundo a natureza do vínculo*  
Brasil, 1988/1992

SEXO E ANO	N	%	Natureza do vínculo										
			CLT		Estatutário		Trab. avulso		Temporário		Outros*		
			(N)	%	(N)	%	(N)	%	(N)	%	(N)	%	
<b>Total</b>													
1988	23.661.139	100,0	19.934.964	84,3	2.497.395	10,6	109.201	0,5	72.019	0,3	1.047.560	4,4	
1992	22.292.110	100,0	17.704.621	79,4	3.597.148	16,1	76.913	0,3	87.291	0,4	826.137	3,7	
<b>Masculino</b>													
1988	15.643.034	100,0	13.643.034	87,2	1.246.583	8,0	70.983	0,5	42.275	0,3	641.088	4,1	
1992	14.296.572	100,0	11.955.865	83,6	1.737.402	12,2	70.102	0,5	52.497	0,4	480.706	3,4	
<b>Feminino</b>													
1988	8.018.105	100,0	6.292.865	78,5	1.250.812	15,6	38.212	0,5	29.744	0,4	406.472	5,1	
1992	7.995.538	100,0	5.748.756	71,9	1.859.746	23,3	6.811	0,1	34.794	0,4	345.431	4,3	

Fonte: RAIS, 1988 e 1992, (tab. I.4)

Trabalhador seguro no emprego tende a nele permanecer por um período maior de tempo, evitando a rotatividade e tendo mais chances de se qualificar nas funções que desempenha. Tomando apenas duas categorias de trabalhadores, os empregados e os trabalhadores domésticos, pode-se verificar, para o ano de 1995, essa relação. A tabela seguinte demonstra inequivocamente que a ausência de proteção legal ao emprego é estímulo à rotatividade, induzindo a uma menor permanência no trabalho.

Isso se verifica com maior clareza entre as trabalhadoras domésticas, categoria composta por 87% de mulheres. No estrato das que não possuem carteira assinada, mais da metade permanece menos de um ano no emprego, enquanto entre as registradas 37,4% têm comportamento semelhante.

**Tabela 28**  
**Empregados(as) e trabalhadores(as) domésticos(as) segundo tempo de permanência no trabalho principal e posse de carteira de trabalho**  
**Brasil, 1995**

POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO SELECIONADA	TOTAL		Tempo de permanência no trabalho principal		
	milhões	%	até 1 ano	de 2 a 4 anos	5 e mais
			%	%	%
<b>MULHERES</b>	<b>27.765.299</b>	<b>100,0</b>	<b>33,8</b>	<b>23,4</b>	<b>42,4</b>
<b>Empregadas</b>	11.621.308	100,0	38,0	23,6	38,4
com carteira assinada	6.295.357	100,0	39,1	26,9	34,0
funcionárias públicas e militares	2.528.886	100,0	11,1	17,1	71,7
outros	2.796.295	100,0	59,7	22,1	18,2
<b>Trabalhadoras domésticas</b>	4.782.016	100,0	54,0	23,7	22,3
com carteira assinada	849.913	100,0	37,4	29,3	33,2
sem carteira assinada	3.931.291	100,0	57,6	22,5	19,9
<b>HOMENS</b>	<b>41.863.309</b>	<b>100,0</b>	<b>32,1</b>	<b>23,3</b>	<b>44,5</b>
<b>Empregados</b>	24.044.638	100,0	40,8	23,5	35,7
com carteira assinada	13.369.487	100,0	36,8	25,7	37,5
funcionários públicos e militares	2.098.496	100,0	14,2	17	68,8
outros	8.571.894	100,0	53,5	21,7	24,8
<b>Trabalhadores domésticos</b>	350.885	100,0	46	25,5	28,4
com carteira assinada	130.823	100,0	39,1	27	33,9
sem carteira assinada	220.062	100,0	50,0	24,6	25,2

Fonte: FIBGE, PNAD 1995, (tab. 4.21)

Na categoria dos empregados, dois movimentos opostos merecem ser ressaltados. O primeiro deles refere-se aos funcionários públicos que, em função do regime especial de trabalho a que estão submetidos e que lhes garante estabilidade, são os que apresentam maiores tempos de permanência no emprego: 72% das mulheres e 69% dos homens estão no trabalho atual há mais de 5 anos. O segundo movimento, em sentido inverso, ocorre entre os empregados sem proteção da legislação trabalhista ou do estatuto do funcionalismo (categoria **outros**), entre os quais mais da metade dos homens e quase 60% das mulheres permanecem apenas um ano no emprego.

Como consequência da diminuição do trabalho formalizado, a proteção social dispensada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS, que havia ampliado sua cobertura no período 85 a 90, teve queda acentuada na primeira metade desta década, principalmente entre as mulheres. As diminuições nas contribuições para a previdência se verificaram, para ambos sexos, em todos os setores econômicos, de uma forma geral. A exceção, apenas para os homens, fica por conta do setor agrícola, no qual a tendência de maior formalização do emprego ocorre a partir de 1988, com os novos dispositivos introduzidos na Constituição. Para as mulheres, as perdas no período 90 a 95 foram significativas na indústria e no comércio mas foram menos pesadas em setores tradicionais femininos, como Serviços, Social e Administração Pública, os dois últimos com elevado índice de contribuição desde o começo do período analisado.

**Tabela 29**  
**Porcentagem de ocupados e de ocupadas que contribuem para a previdência social por setor econômico**  
**Brasil, 1985/1990/1995**

SETORES ECONÔMICOS	1985		1990		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	%	%			%	%
Total	49,1	43,7	51,0	48,5	45,1	39,4
Agrícola	8,6	1,8	9,1	2,5	12,1	3
Indústria	71	70,3	68,6	71,9	58,9	64,9
Comércio	61,1	55,2	60,4	53,0	50,8	43
Serviços	59,8	23,1	58,6	28,7	50,1	26,5
Transportes e comunicações	75,5	90,9	76,3	87,6	66,2	86,4
Social	85,7	84,8	81,6	83,5	76,4	80,8
Administração Pública	82,7	92,3	75,4	87,5	74,2	85,4
Mal definidos e/ou não declarados	77,8	86,3	77,0	85,1	66	79,6

Fonte: FIBGE, PNADs 85 e 90 (tab. 3.18), 95 (tab. 4.18)

Considere-se, porém, que a cobertura proporcionada pelo sistema de proteção previdenciária no país é bastante precária, tanto no que diz respeito aos valores irrisórios pagos para aposentados e pensionistas e para a maioria dos benefícios oferecidos, como em relação à extensão propriamente dita desses benefícios para a massa de trabalhadores. Para se ter uma idéia desta última distorção, em 1995, o INSS

atendia a apenas 8.000 mães empregadas domésticas e trabalhadoras rurais através do salário maternidade (FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1996, tabela 2.87).

Por outro lado, como a esperança de vida das mulheres é maior do que a dos homens, dos cerca de 15 milhões de aposentados e pensionistas existentes no país em 1995, aproximadamente 60% eram mulheres (ou 8 milhões). A quase totalidade dos homens eram aposentados e, apesar de o maior provento de aposentadoria para o setor privado, atualmente, girar em torno de R\$ 900, a sua situação tende a ser mais favorável do que aquela vivida pelas mulheres. Entre elas, quase 40% são pensionistas, ou seja, recebem entre 70 e 80% da aposentadoria dos seus companheiros falecidos. Não estranha o fato de que cerca de  $\frac{1}{3}$  dos aposentados e dos pensionistas brasileiros sejam ativos economicamente.

**Tabela 30**  
**Aposentados e pensionistas, segundo o sexo e condição de atividade**  
**Brasil**

APOSENTADOS, PENSIONISTAS E SEXO	1995		Economicamente ativos
	Total	%	
	(milhões)		%
<b>TOTAL</b>	14,6	100,0	35,0
somente aposentados	10,6	72,6	35,5
somente pensionistas	3,4	23,4	35,5
aposentados e pensionistas	0,6	4,1	21,7
<b>HOMENS</b>	6,5	100,0	42,1
somente aposentados	6,3	96,9	41,9
somente pensionistas	0,2	3,1	53,4
aposentados e pensionistas	0,05	0,80	26,2
<b>MULHERES</b>	8,1	100,0	29,3
somente aposentados	4,4	54,3	26,4
somente pensionistas	3,2	39,5	34,4
aposentados e pensionistas	0,5	6,2	21,3

Fonte: FIBGE, PNAD 1995, (tab. 4.5)

### • Baixo índice de sindicalização

Uma das razões frequentemente mencionadas para justificar a posição subordinada ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho, é sua menor combatividade e poder de reivindicação. Alguns estudos mostram que esta afirmação não é de todo

verdadeira, pois as trabalhadoras têm revelado, em vários momentos da História, toda sua força e poder de organização. Pena (1981), por exemplo, desvenda o relevante papel desempenhado pelas trabalhadoras nos movimentos operários do começo do século. Segundo essa autora, embora as mulheres estivessem ausentes das lideranças sindicais, nem por isso deixaram de participar intensamente — e em defesa dos interesses de toda a classe operária e não apenas dos das mulheres — das greves e outras manifestações operárias. Ao analisar a participação sindical das mulheres no Nordeste, na década de oitenta, Giuliani (1989) revela a resistência do movimento sindical em aceitar a presença feminina, a ponto de impedi-la, e descreve como as mulheres tomaram atitudes combativas, denunciaram este fato no IV Congresso de Trabalhadores Rurais e propuseram uma moção de apoio à sindicalização feminina.

As mulheres são, portanto, combativas, sempre que tem oportunidade de lutar por seus direitos. No entanto, apesar de sua presença cada vez maior no mercado de trabalho, sua participação em espaços de representação profissional ainda tem se mostrado restrita: em 1995 elas representavam apenas 1/3 dos associados a sindicatos profissionais (tabela 31). Em conformidade com as características da inserção profissional de cada um dos sexos, os níveis de sindicalização são diversos para homens e mulheres, segundo o setor econômico. Assim, as maiores proporções de associação a sindicatos entre os homens se encontravam, naquele ano, na indústria de transformação e construção e no setor agrícola. Em contrapartida, os percentuais mais elevados de associadas a sindicatos se verificaram no setor agrícola (18% dos 3,8 milhões de associadas) e no chamado setor social (34%). Lembre-se que neste último, têm peso significativo, entre outras ocupações, as professoras e as mulheres que desempenham variadas funções na área de saúde.

**Tabela 31**  
**Ocupados e ocupadas\* por associação a sindicatos e setor de atividade**  
**Brasil, 1995**

SETOR DE ATIVIDADE	Total	Homens	Mulheres
Agrícola	21,8	23,9	17,6
Indústria	26,4	31,7	15,3
Comércio	8,1	7,6	9,1
Serviços	10,0	10,5	9,0
Transp. e comunicação	7,0	9,4	2,1
Social	15,3	6,5	33,8
Administração pública	6,3	5,8	7,5
Atividades mal definidas	5,0	4,7	5,6
Total	(N) 11.567.734	7.828.668	3.739.066
	%	100,0	100,0

Fonte: FIBGE, PNAD 95, (tab. 4.36)

A pequena participação feminina em entidades sindicais revela um fato bastante conhecido: o ambiente sindical ainda é pouco receptivo à participação feminina, seja como simples associadas, seja como representantes sindicais ou ainda como integrantes dos quadros dos sindicatos, porque à semelhança do mundo do trabalho, os sindicatos, de um modo geral, ainda são espaços de atuação eminentemente masculinos<sup>8</sup>. As dificuldades de maior participação feminina nas atividades sindicais provêm de duas ordens de fatores. Uma delas refere-se à própria condição das mulheres trabalhadoras que, ao acumularem tarefas domésticas com o trabalho de mercado, dispõem de pouco tempo e pouca disponibilidade para assumir mais responsabilidades. Entretanto, contribui também para esse quadro a resistência dos próprios quadros do sindicato — em sua maioria masculinos — à sua participação, seja não tratando as reivindicações femininas com a seriedade devida, seja obstaculizando o ingresso de mulheres em comissões de representação e em cargos eletivos da agremiação.

<sup>8</sup> Calculadas para associados de ambos os sexos, uma vez que não foram encontrados dados desagregados, as taxas médias de sindicalização — associados em relação ao total de trabalhadores ou empresas da base — foram de 45,6% nos sindicatos dos empregados urbanos, 48,3% nos rurais e 42% nos sindicatos dos profissionais liberais, taxas essas que provavelmente são muito inferiores entre as trabalhadoras.

**Tabela 32**  
**Indicadores de inserção feminina nos principais sindicatos não patronais**  
**Brasil, 1992**

TIPO DE SINDICATO	Porcentagem de mulheres			Possuem atividades especiais para mulheres	Incluíram na pauta de negociação reivindicações femininas	Possuem grupos ou comissões de mulheres	Possuem departamento feminino
	Presidente	1 <sup>a</sup> Secretária	1 <sup>a</sup> Tesoureira				
<b>Empregados urbanos</b>	10,0	23,1	16,4	15,8	54,8	7,1	5,7
<b>Trabalhadores rurais</b>	4,6	12,2	8,7	8,8	11,5	10,0	2,0

Fonte: FIBGE, Sindicatos - Indicadores Sociais, v. 4, 1992, (tabs. 36, 51, 52 e 56)

Mesmo assim, embora restrita, a integração da mulher nos quadros de direção do sindicato vem ocorrendo aos poucos e lentamente, mas de forma sistemática a partir da metade dos anos 80. Em 92, os cargos de presidente, 1<sup>a</sup> secretária e 1<sup>a</sup> tesoureira eram ocupados por mulheres em apenas, respectivamente, 10%, 23% e 16% dos sindicatos de empregados urbanos. Essas proporções são ainda inferiores nos sindicatos de trabalhadores rurais: em 5% deles havia uma mulher ocupando a presidência, em 12%, a 1<sup>a</sup> secretária e, em 9%, a 1<sup>a</sup> tesouraria. É interessante notar a maior presença de mulheres em cargos de 1<sup>a</sup> secretária, talvez porque lhes seja mais “natural” desenvolver essas atividades de apoio do que se sobressair como presidente ou lidar com dinheiro, como tesoureira.

A incorporação das necessidades das mulheres trabalhadoras na consciência e na prática sindicais, por outro lado, ainda vem se dando de forma marginal, principalmente em sindicatos rurais, nos quais as condições de trabalho e remuneração são mais deficientes: apenas 11% daqueles sindicatos incorporaram reivindicações femininas nas pautas de negociação. Nos sindicatos de empregados urbanos a situação, embora longe de ser ideal, é mais favorável. Em pouco mais da metade deles foram incluídas na pauta de negociação reivindicações que atendem às

mulheres. Dentre elas vêm, em primeiro lugar, a luta pelo cumprimento de determinações legais referentes à gestação, à maternidade e também, reivindicações por creches nas quais as mães possam deixar seus filhos enquanto trabalham. Em segundo lugar, reivindicações acerca das condições de trabalho de uma forma geral e, em terceiro, reivindicações contra a discriminação da mulher no trabalho. Muito poucos são, também, os sindicatos que possuem atividades especiais para mulheres (16% dos urbanos e 9% dos rurais) e, em ainda menor número, aqueles que já incluíram comissões/grupos de mulheres ou departamentos femininos na sua estrutura (FIBGE, Sindicatos-Indicadores Sociais, 1992).

#### **4. FONTES DISPONÍVEIS PARA AVALIAR A QUALIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES: AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÕES**

Segundo informe preliminar da OIT, o conceito de qualidade de trabalho envolve uma combinação complexa de fatores, que inclui tanto aspectos das relações sociais de trabalho, como o caráter mais ou menos estável e permanente dos contratos de trabalho, níveis de remuneração e a segurança material com que se realizam. Não há definição unânime do conceito, que pode ter muitas dimensões, algumas mais concretas, outras subjetivas ou abstratas. Além disso, as informações disponíveis para uma cobertura adequada do tema, ainda são insuficientes (Chile:..., 1997).

Neste relatório, no qual analisamos o trabalho das mulheres no Brasil, nos últimos dez anos, tomamos como indicadores da qualidade do trabalho feminino tanto aspectos relativos à condição familiar e doméstica das trabalhadoras, quanto características de sua inserção laboral, como posição na ocupação, horas trabalhadas, níveis de remuneração, regulamentação e proteção no emprego, cobertura previdenciária e participação sindical, entre outros. Para várias desses indicadores não é difícil obter informações, sobretudo a partir desta década, em que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente no Brasil, ampliou a conceituação de trabalho e diversificou os quesitos aplicados. Pode-se afirmar, também, que o levantamento e a publicação de dados, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem-se tornado cada vez mais ágil —para o que contribuem as novas

tecnologias, como a divulgação de informações via Internet — e mais sensível à temática do gênero<sup>9</sup>. No caso do Anuário RAIS, levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho, as informações, que sempre levaram em conta o recorte de sexo, referem-se a registros de emprego no setor formal e tem, por isso, âmbito mais limitado. Além disso, sua divulgação é mais lenta, embora estejam sendo abertas novas possibilidades de acesso às informações mais recentes, via cadastro institucional. É importante assinalar, entretanto, que nem todas as informações desejadas, para um diagnóstico adequado sobre a qualidade do emprego feminino, podem ser obtidas, embora, em alguns casos, possam ser ilustradas por meio de estudos de caso e outras pesquisas de âmbito mais limitado. Por essa razão, formulamos, com base na análise realizada neste texto, as sugestões que se seguem.

No que diz respeito à condição familiar e doméstica das trabalhadoras, este diagnóstico sobre o trabalho feminino no Brasil mostrou que a sobrecarga das atividades domésticas e, principalmente, o cuidado com os filhos pequenos, impedem que as mulheres concorram com os homens, em igualdade de condições, aos bons empregos. Aquelas que trabalham, mesmo quando o fazem no domicílio, são penalizadas pela dupla jornada de trabalho. O trabalho doméstico não é sequer considerado uma atividade econômica. Os equipamentos domésticos disponíveis para auxiliar as mulheres com os filhos pequenos são insuficientes. Por outro lado, a legislação garante, para as trabalhadoras registradas, importantes direitos sociais, como licença-maternidade de 120 após o parto, pagamento do salário maternidade, direito a creche e outros. Mas isto só é válido para as trabalhadoras inseridas no segmento protegido do mercado de trabalho, no qual elas são minoria. Em relação a este aspecto da qualidade do trabalho feminino, seria da maior importância dispor de informações sobre: inatividade econômica por afazeres domésticos, uso do tempo em atividades domésticas, remuneradas ou não, número e idade dos filhos residentes, cobertura da rede de creches e de pré-escolas em associação ao trabalho materno e, finalmente, informações sobre número de licenças-maternidade e de salários-maternidade concedidos pela Previdência Social, se possível associados a setor de atividade ou ocupação.

---

<sup>9</sup> Vide, por exemplo, a realização, pela primeira vez, de uma sessão *Estatísticas de Gênero*, na IV Conferência

Vimos, também, neste relatório, que a escolaridade desempenha um papel fundamental, no sentido de impulsionar as mulheres para os bons empregos disponíveis no mercado de trabalho e, ainda, que a força de trabalho feminina é mais escolarizada do que a masculina. No entanto, isto não impede que as trabalhadoras continuem segregadas em ocupações tradicionais e obtenham ganhos inferiores aos dos trabalhadores. É provável que um dos motivos para a permanência desta discriminação de gênero seja a concentração das mulheres, desde o nível médio de ensino, em cursos que preparam para ocupações menos valorizadas no mercado de trabalho. A maior presença feminina na área de ciências humanas, em comparação à presença masculina nas ciências exatas, foi analisada em pesquisas como a de Barroso e Mello (1975), nos anos setenta ou de Rosemberg et alii (1982) nos oitenta. Para anos mais recentes, há indícios, recolhidos da imprensa, de que as mulheres estariam ampliando sua presença na área das ciências biológicas, mas ainda estariam ausentes das áreas científicas, que preparam para as profissões de mais alto prestígio<sup>10</sup>. Mas, apesar da relevância desta questão, este tema não é coberto pela PNAD e as estatísticas referentes às matrículas nas diferentes áreas de ensino técnico e superior — mesmo quando são divulgadas pelo Ministério da Educação — não são desagregadas por sexo.

No que tange à participação laboral das mulheres, algumas desagregações, ou mesmo, reclassificações dos dados recolhidos pelo IBGE, permitiriam descrever, com maior grau de segurança, os espaços ocupados pelas trabalhadoras e saber se elas estão nos bons empregos. Estão nesse caso informações sobre a Administração Pública e o funcionalismo público (categoria atualmente agregada aos militares), o setor Social — no qual se inserem o ensino e a saúde, áreas femininas de trabalho — e, ainda, maior desagregação dos grupos ocupacionais. Além disso, alguns nichos de ocupação feminina ainda estão por receber a devida mensuração e análise, como o emprego

---

Nacional de Estatística, organizada pelo IBGE e outras Associações, no Rio de Janeiro, em 1996.

<sup>10</sup> Segundo dados apresentados por esta autora no Seminário Internacional *As mulheres no mundo do trabalho: experiências internacionais de ação afirmativa*, realizado pelo ILDES/Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento Econômico e Social e outros. São Paulo, Abril 1997.

doméstico, o trabalho não-remunerado rural ou urbano, em suas várias formas e o trabalho domiciliar. No primeiro caso, é importante levar em conta que a categoria *emprego doméstico* abriga tanto diaristas, que recebem por tarefa e trabalham sem registro, quanto por mensalistas, residentes ou não no domicílio dos patrões, que obtiveram acesso, com a Constituição de 1988, à cobertura legal, mediante registro em carteira.

Outras informações importantes para uma avaliação da qualidade do emprego no Brasil — como saúde ocupacional, acidentes no trabalho, segurança e condições ambientais, cobertura previdenciária, sindicalização — são de difícil obtenção e , quando existem, nem sempre são desagregadas por sexo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas últimas décadas, o Brasil passou por profundas mudanças demográficas, culturais e sociais que provocaram a transformação da estrutura etária do país e da composição das famílias. Estas se tornaram cada vez menores, em virtude do rebaixamento das taxas de fecundidade, ao mesmo tempo em que aumentou o número de famílias chefiadas por mulheres, como consequência do maior contingente de viúvas, do aumento das separações e das novas formas de coabitação. Essas mudanças, ao lado da expansão da escolaridade da população em geral e da feminina em particular, assim como os novos valores relativos ao papel das mulheres na sociedade brasileira, tiveram impacto significativo sobre a maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

Enquanto isso, o país vive um longo período marcado por sucessivas crises econômicas, elevadas taxas inflacionárias e planos de estabilização, até o momento atual, em que a moeda permanece estável e a inflação declina sensivelmente. Sob o impacto da concorrência com o mercado externo, dos juros elevados e das altas taxas de câmbio, que sobrevalorizam o Real, o mercado se retrai e a recessão e o desemprego avançam.

Essas transformações têm lugar em um cenário mundial marcado pela globalização, por uma nova organização do trabalho e por uma reestruturação produtiva que vem provocando o declínio das formas mais protegidas de emprego, o desemprego e o surgimento de novas alternativas de trabalho, em geral sem cobertura legal. No Brasil, essas transformações da economia contribuem para agudizar a crise local, cujos sintomas principais são a perda de postos de trabalho na indústria, a perda da qualidade dos empregos e o aumento da informalidade. É neste contexto, também marcado pela redemocratização do país e pelo fortalecimento de sua sociedade civil, que as mulheres se firmam como atores sociais, econômicos e políticos da maior importância. No que se refere à sua participação no mercado de trabalho, a ampliação do contingente feminino foi uma das mais importantes transformações ocorridas no país nas últimas décadas e resultou de vários movimentos, de certa forma contraditórios. Mudanças demográficas — como a diminuição do número de filhos — liberaram as mulheres para o trabalho. A expansão da escolaridade aumentou suas credenciais para enfrentar o mercado de trabalho. Mudanças culturais em relação ao papel das mulheres nas sociedades ocidentais modernas, ao valorizar o exercício de uma atividade profissional, impulsionam para o mundo do trabalho até mesmo aquelas que teriam outra opção. Ao mesmo tempo, empobrecidas desde os anos oitenta, com novas necessidades geradas pela diversificação das pautas de consumo e premidas pela necessidade de arcar com custos mais elevados com a educação e a saúde dos filhos e dos familiares, devido à precariedade dos sistemas públicos de atendimento, as famílias das camadas médias não podem mais prescindir do aporte econômico de suas mulheres. Necessidade econômica, aumento de separações e de famílias chefiadas por mulheres também impulsionam as mulheres para atividades remuneradas. Enquanto isso, mulheres que sempre trabalharam na produção familiar ou em outras atividades não remuneradas tornam-se visíveis em virtude do refinamento do conceito e também passam a engrossar as estatísticas sobre o trabalho feminino.

O novo contingente de trabalhadoras é agora composto por mulheres mais velhas e casadas. Mas suas novas responsabilidades não as eximem das familiares e maternas. Ao contrário, qualquer que seja sua situação laboral, as mulheres seguem sendo as responsáveis por múltiplas tarefas associadas à casa, aos filhos, à família em geral. Para a maioria delas, a sobreposição dos afazeres domésticos e da atividade econômica, em que pese a enorme importância desta última para a sua sobrevivência e a da família, assim como para sua autonomia e poder de negociação no grupo familiar, representa uma enorme sobrecarga. É desta condição de gênero que resulta, para as mulheres, uma posição secundária e discriminada no mercado de trabalho.

A presença das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, no período compreendido entre 1985 e 1995, é marcada mais por continuidades do que por mudanças, como mostra a análise dos lugares ocupados pelas trabalhadoras na economia brasileira. As mulheres ativas sempre estiveram concentradas em atividades do setor de serviços e sua presença no segmento informal e desprotegido do mercado de trabalho tem sido expressiva, seja no emprego doméstico não-registrado, seja na atividade por conta própria, na familiar não remunerada ou na domiciliar. O trabalho doméstico sempre foi considerado inatividade econômica, embora mantenha ocupada boa parte das mulheres.

No setor formal, protegido por uma regulamentação que lhes garante, pelo menos no nível legal, importantes direitos sociais, como licença-maternidade e acesso a creche, as trabalhadoras têm tido presença relevante nos setores de serviços, na administração pública e no setor social, que abriga atividades ligadas ao ensino, saúde e assistência social. Em qualquer um dos casos, a posição desigual das trabalhadoras em relação aos seus colegas pode ser avaliada, pelo menos, por dois indicadores: em primeiro lugar, a segregação ocupacional, seja ela horizontal — ao apresentar, para as mulheres, um leque mais estreito de opções de trabalho - ou vertical - ao impor obstáculos ao seu acesso aos cargos mais elevados, nos quais estão o poder e os melhores salários. Em segundo lugar, as desigualdades salariais entre elas e seus colegas em qualquer situação, como foi demonstrado neste texto.

Condições mais precárias de trabalho, portanto, às quais poderiam ser acrescentados menores índices de registro em carteira e de contribuição para a Previdência Social, assim como níveis mais baixos de sindicalização, resultando em menor poder de barganha, podem ser definidas como características da parcela feminina de um mercado de trabalho fortemente sexualizado e discriminador em relação às mulheres. Não é de espantar, por isso, que uma força de trabalho de antemão precária e fragilizada, tenha sido mais sensível aos efeitos danosos da nova organização produtiva, que se processa em escala mundial, bem como das sucessivas crises econômicas locais. Embora seja importante assinalar que têm sido abertas, para as mulheres escolarizadas, novas oportunidades de trabalho e bons empregos em determinadas áreas, como as instituições financeiras e bancárias e em algumas profissões de prestígio, como a medicina e a magistratura, é igualmente importante mostrar que as mulheres tem sido deslocadas para fora de algumas de suas tradicionais frentes de trabalho, provavelmente como resultado dos efeitos da flexibilização do mercado sobre a mão-de-obra masculina. Como os dados indicaram, as trabalhadoras perderam empregos na indústria e cederam lugar, para os homens, nos serviços e no informal em geral. Também perderam terreno em ocupações administrativas e nas técnicas, científicas e afins, tradicionais redutos femininos. Por outro lado, se o número total de postos de trabalho femininos perdidos no setor formal foi quase insignificante em relação aos masculinos, a parcela de empregos formais ocupados por mulheres gira em torno de apenas 35%. E, mesmo assim, as mulheres perderam muitos empregos formais no grupo das profissões técnicas, científicas e artísticas, ao lado dos postos de trabalho na indústria.

O deslocamento das trabalhadoras de setores e ocupações nos quais sempre marcaram presença pode ser considerado como um dos sintomas do impacto da reestruturação produtiva e da crise econômica dos anos noventa sobre elas, assim como seu deslocamento, de atividades industriais de grande porte, para pequenos e médios estabelecimentos comerciais. A ampliação do percentual de trabalhadoras em tempo parcial pode ter ocorrido em decorrência do mesmo processo, embora tenha

acontecido também com a força de trabalho masculina. No que diz respeito à qualidade do trabalho feminino, contudo, as informações analisadas demonstram que, se é verdade que os piores empregos são ocupados pelas mulheres, não há indícios de que tenha havido ampliação desses nichos mais desfavorecidos. Ao contrário, no período 93 a 95, para o qual existem informações, manteve-se praticamente inalterado o contingente de trabalhadoras domésticas (17% das ocupadas), não remuneradas (13%), das que trabalham para o autoconsumo (9% a 10%) e das trabalhadoras domiciliares (de 14% em 93 para 13% em 95). A precarização da mão-de-obra feminina, nesse sentido, estaria se dando muito mais como resultado da pressão dos trabalhadores do sexo masculino, expulsos dos empregos de melhor qualidade, do que em virtude de um movimento específico sobre as mulheres. Por outro lado, em todas as situações examinadas, os dados comprovaram a manutenção de padrões desiguais de gênero na composição do mercado de trabalho e na qualidade dos empregos ofertados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice. P e SORJ, Bila. (orgs.) **O trabalho invisível**: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro : Rio Fundo Ed., 1993.

ABREU, Alice P.; JORGE, Angela F. e SORJ, Bila. Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro : CIEC/UFRJ, n° especial, out. 1994.

Anuário RAIS - 1992: Brasil. Brasília: MTb, SPES, CGETIP, 1996. 319p.

Anuário RAIS - 1988: Brasil. Brasília: MTb, SPES, CGETIP, 1991.

BALTAR, Paulo E. de A.; DEDECCA, Claudio S.; HENRIQUE, Wilnês. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos E. B. de; MATTOSO, Levi. (orgs.) **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? São Paulo : Scritta, 1996.

BARROSO, Carmen L. de M. e MELLO, Guiomar N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, n. 15, dez. 1975.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação Infantil no Brasil**: situação atual. Brasília : MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, n. 28, mar. 1979.

BRUSCHINI, Cristina. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1989. (Textos FCC, 1)

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro : CIEC/UFRJ, v.2, n.3, 1994a.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro : CIEC/UFRJ, nº especial, out. 1994b.

BRUSCHINI, Cristina. Maternidade e trabalho feminino: sinalizando tendências. In: **Reflexões sobre gênero e fecundidade no Brasil**. Estados Unidos : FHI/Family Health International, out. 1995a. (Projeto de Estudos da Mulher: Brasil)

BRUSCHINI, Cristina. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta. In: FERNANDES, R. (org.) **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo : LTr., 1995b.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade. In: II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO. 1 a 5 de dezembro de 1996. Águas de Lindóia, SP. (mimeo).

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico, um trabalho invisível. In: Informativo Mensal sobre a mulher paulista: mulheres em dados. São Paulo : SEADE, n. 8, out. 1997.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996. Caxambu, MG, **Anais...**, Belo Horizonte : ABEP, 1996, 4 v.

CAMARGO, José Márcio. Trabalho procura emprego no fim do milênio. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 jan.,1996. Caderno 2, D1.

**CHILE: crecimiento, empleo y medios de vida sustentables.** Informe de las Agencias de las Naciones Unidas en Chile. (versão preliminar). OIT, jul. 1997. (mimeo).

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** 1988. IMESP / Imprensa Oficial do Estado S.A.

CONJUNTURA E ANÁLISE. **Mercado de Trabalho.** Rio de Janeiro : Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA. v. 1, n.2, out. 1996.

CUNHA, Maria A. **Entre a casa e a fábrica:** as operárias da noite. Um estudo do trabalho feminino no contexto da reestruturação produtiva. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de mestre em sociologia, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida de Moraes Silva. Araraquara, SP, 1997.

DEDECCA, Claudio S.; BALTAR, Paulo E. de A.; ROSANDISKI, Eliane. A questão da ocupação urbana no Brasil nos anos 90: uma reflexão a partir dos dados da PNAD. **Nova Economia.** Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio, 1997.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Contagem da população 1996.** Rio de Janeiro : FIBGE, 1996, p. 19-42.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD:** síntese de indicadores, 1995. Rio de Janeiro : FIBGE, 1996, 176p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Anuário Estatístico do Brasil. 1996.** Rio de Janeiro : FIBGE, 1997.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -  
FIBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro  
: FIBGE, 1985.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -  
FIBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro  
: FIBGE, 1995.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -  
FIBGE. **Sindicatos** - indicadores sociais 1990 - 1992. Rio de Janeiro : FIBGE,  
1992. V.4.

GIULIANI, Paola C. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na  
estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA,  
Albertina (orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre condição feminina. São  
Paulo : Vértice, Ed. Revista dos Tribunais : Fundação Carlos Chagas, 1989.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Relatório sobre o  
desenvolvimento humano no Brasil 1996**. Rio de Janeiro : IPEA; Brasília :  
PNUD, 1996.

JUNQUEIRA, Eliane. A mulher juíza e a juíza mulher. In: BRUSCHINI, Cristina e  
HOLLANDA, Heloísa. (orgs.) Coletânea do VIII Concurso de Dotações para  
pesquisa sobre Mulher. São Paulo : Fundação Carlos Chagas : Editora 34. (no  
prelo).

LISTENING POST. O Brasil do real. São Paulo : Standard Ogivy & Mather, n. 73,  
abr., 1997.

LOPES, Juarez B.; GOTTSCHALK, Andréa. Recessão, pobreza e família: a década  
pior do que perdida. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo : Fundação SEADE.  
v. 4, n.1, p. 100-109, jan./mar. 1990.

- MIRANDA, Glaura V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo : Fundação Carlos Chagas, n. 15, dez. 1975. P. 21-36.
- PENA, Maria V. J. **Mulheres e trabalhadoras**. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981. (Coleção O Mundo hoje; v. 40).
- POCHMANN, Márcio. Políticas para enfrentar o desemprego nos anos 90. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 jan., 1996, Caderno 2, D6.
- PUPPIM, Andréa B. Mulheres em cargos de comando. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. (orgs.) **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo : Marco Zero : Fundação Carlos Chagas, 1994.
- ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P. e NEGRÃO, Esmeralda V. **A educação da mulher no Brasil**. São Paulo : Global Ed., 1982. (Teses ; 8)
- SEGNINI, Liliana R. P. Feminização do trabalho bancário. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. (orgs.) **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo : Marco Zero : Fundação Carlos Chagas, 1994.
- SEGNINI, Liliana R. P. **Mulher em tempo novo**: mudanças tecnológicas nas relações de trabalho. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de livre-docente em Economia Política da Educação. Campinas, SP, 1997.
- SEMINÁRIO NACIONAL: políticas econômicas, pobreza e trabalho, 2, 1994. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro : IPEA, 1994.

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL - BEMFAM. **Pesquisa nacional sobre demografia e saúde, 1996.** Rio de Janeiro : UNFPA/UNICEF/ BEMFAM, 1997.